



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0154/04	DATA: 16/03/04
INÍCIO: 14h35min	TÉRMINO: 18h23min	DURAÇÃO: 03h45min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h46min	PÁGINAS: 84	QUARTOS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA – Delegado de Polícia Civil do Estado de Sergipe.
MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS – Delegado de Polícia Civil do Estado de Sergipe.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.
Há orador não identificado.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Há falha na gravação.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve tumulto no plenário.
Foram retiradas das notas taquigráficas expressões referentes à fala do depoente Sérgio Ricardo Leite Barbosa por determinação do Presidente da CPI, Deputado Bosco Costa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Havendo número regimental declaro abertos os trabalhos da 22ª reunião. Tendo em vista distribuição de cópias da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Dispensada a leitura da ata pelo Deputado Luiz Couto. Em discussão a ata. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Expediente. Fiz distribuir cópias das correspondências recebidas, as quais se encontram à disposição dos senhores membros na secretaria da Comissão. Ordem do Dia: audiência pública para oitiva das seguintes testemunhas: Sérgio Ricardo Leite Barbosa, Delegado de Polícia Civil do Estado de Sergipe; Marco Antônio Soares Passos, Delegado de Polícia Civil no Estado de Sergipe. Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme o art. 210 do Código de Processo Penal. Solicito ao Delegado Sérgio Ricardo Leite Barbosa que tome assento à Mesa. Logo após, ouviremos o Delegado Marco Antônio Soares Passos. Solicito que todos fiquem de pé para ouvir o juramento. Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cometidas ao crime de falso testemunho assim descrito no Código Penal. *“Art. 342. fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo em juízo arbitral. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa”*. Solicito ao Sr. Delegado Sérgio Ricardo que preste o juramento.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Faço sob a palavra de honra a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Com a palavra a testemunha por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder as perguntas dos Srs. Deputados. Com a palavra o Delegado Sr. Sérgio Ricardo.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Srs. Deputados, senhores presentes, eu sempre me questioneei, desde que tiveram início esses trabalhos aqui da CPI, quando eu vi o objeto da investigação — que é a ação criminosa das



milícias privadas e dos grupos de extermínio em Sergipe — o que é que eu viria fazer aqui a depor sobre esse problema, esse objeto dessa investigação. Porque eu sou policial civil há 20 anos. Meu primeiro emprego. Entrei na Polícia com 20 anos. Era estagiário da Polícia, na 2ª Delegacia, como detetive de polícia, foi meu primeiro emprego. Posso dizer que conheço a Polícia Civil na palma da minha mão, porque depois passei a investigador. Eu sou um policial de carreira, na expressão da palavra, porque comecei como agente, detetive e investigador e cheguei a delegado através de concurso público, como também entrei através de concurso público como detetive de polícia. E conheço a Polícia Civil na palma da minha mão, porque foi minha vida. É o meu emprego, é a minha paixão a Polícia Civil. E durante todos esses anos nunca presenciei qualquer envolvimento, pelo menos de policiais civis e delegados, em grupos de extermínio. Fatos isolados ocorreram, ocorrem, vão ocorrer. Isso em qualquer polícia do Brasil. Os fatos isolados que quase todos — pelo que eu conheço — foram apurados; os infratores punidos. Mas eu não via nem vislumbrava qualquer conexão entre esses fatos para se dizer que há grupo de extermínio. Falo e deixo claro pela Polícia Civil. Eu considero, nesses termos, nesse quesito de que é objeto da investigação grupo de extermínio, a nossa polícia, talvez, uma das mais ingênuas do Brasil — se não for a mais ingênuas do Brasil — em relação a esse tipo de atividade que eu considero e reputo inaceitável. Eu não consigo ver e não consigo imaginar um colega meu dos antigos — que eu me considero dos antigos, embora nossa turma seja tão recente, que é de 1993 — e dessa turma nova delegados envolvidos nesse tipo de atividade. E ao me questionar sobre isso eu sempre coloquei o que é que eu vou fazer a depor sobre fatos que eu não conheço. Particpei de atividades durante esses 20 anos, todo tipo de operação policial civil, inclusive de alto risco, que eu fui delegado de entorpecente e de furto e veículo, nunca, nessas atividades, chegou a tombar nenhum policial e muito menos um delinqüente. Nunca! Todas foram atividades que resultaram em prisões. Eu sou um dos delegados em Sergipe, o mais conhecido como um dos que mais levou a marginalidade para cadeia. São mais de 500. Eu “computo” em mais de 500. Quando chegam lá no Presídio de Aracaju, quase todos os dias eu encaminho algum delinqüente à cadeia, geralmente prisão em flagrante, ou fruto de uma representação por prisão preventiva. Fui o responsável por investigações de



repercussão como a do Prefeito de Canindé de São Francisco, que ninguém queria. Delegados chegaram a descer do carro para não investigar. Eu assumi a investigação, na época daquele crime do Zezinho Cazuzza. E uma operação que resultou depois no que todo mundo viu. Ali foi o pontapé inicial para que fosse desbaratado todo aquele esquema de Canindé de São Francisco. E depois todo mundo quis ser o pai da criança. Desarquivaram inquéritos que estavam arquivados há anos. A Federal começou a aparecer depois no caso; o Ministério Público, mas tudo começou de uma investigação que eu realizei. Então, sobre o objeto dessa investigação, não tenho nada a declarar. Eu acho que se a Comissão for a fundo, naturalmente que pode descobrir fatos que podem ser considerados desta natureza, mas, no âmbito da Polícia Civil, não vai encontrar — isso eu tenho certeza. E, fui citado. Estou aqui. O motivo depois que me passaram que foram citações do Deputado radialista Gilmar Carvalho contra minha pessoa. Ora, Srs. Deputados, os que são de Sergipe, todo mundo sabe, é público e notório que existe uma desavença, vamos dizer assim, uma rixa profunda entre a minha pessoa e o Deputado sensacionalista Gilmar Carvalho. Todo mundo sabe que isso vem de 5 anos atrás. Porque eu nunca tive e nem quis fama de ser, como alguns disseram que eu sou um delegado... Ele inclusive já me chamou de delegado “extremido”, mas nunca quis passar por ser melhor do que ninguém, nem valentão como quiseram dizer que eu era. Simplesmente eu nunca levei desaforo para casa. Eu sou paraibano, radicado em Sergipe, há 25 anos; hoje sou sergipano de coração. Tenho 6 anos filhos em Sergipe. E não aceito o que é feito lá em Sergipe. Desde 1995 que o Deputado escolheu como trampolim para carreira política dele bater nas pessoas, difamar, caluniar, denegrir, injuriar. E tudo ele fez sem escolher quem fosse. Bastava que a pessoa tivesse algum respaldo, fosse uma pessoa de relativa importância lá, algum cargo que ele começava a bater com intuito de conseguir.... A carreira dele ele fez em cima disso aí: criticar a Polícia — principalmente porque bater em polícia dá IBOPE —, criticar o Poder Judiciário, insuflar. E eu cheguei a dizer, várias vezes, no programa de rádio que ele prega a desobediência civil. Ele prega a desobediência civil há anos. Há anos que ele faz isso. Ele insufla dizendo que determinada pessoa não tem que aceitar intimação de delegado, não comparecer à delegacia, à citação de Juiz. Ele já chegou a dizer que, se determinado Juiz



chamasse, nem debaixo de vara — como diz na lei — ele ia; ele não vai. Quer dizer, desmoralizou o Poder Judiciário, desmoralizou a Segurança Pública, os delegados. Isso ele vem fazendo ao longo dos anos. E, em 1999, eu era chefe de polícia da capital, porque várias vezes eu ocupei esse cargo, e ele me distratou publicamente. Lá, existe o cargo de Coordenador de Polícia da Capital, e, num dos programas, foi a primeira vez que ele dirigiu a palavra para mim — quem é de Sergipe sabe que ele costuma fazer —, ele fazia no ar aquela gozação costumeira chamando “*cooordenador*”, era uma coisa de rir. E não citava meu nome. Omitia meu nome. Eu fui ao ar e disse que o cargo era Coordenador de Polícia Civil da Capital, e o meu nome era Sérgio Ricardo Leite Barbosa. E aquele tipo de molecagem eu não aceitava. Ele já Deputado; ele já político. Eu disse que não admitia aquele tipo de comportamento dele, que ele se respeitasse, inclusive disse a ele que alguém o tinha enganado. Eu disse: “*Quem foi que lhe disse que você tem veia de comediante, Gilmar? Alguém lhe enganou, porque você está tentando fazer piada no rádio, e só quem ri são seu asseclas, seus comparsas aí*”. Aquelas risadinhas que os parceiros de rádio dele — eu vou citar o nome aqui: o Cabral, o Mimi — ficam rindo das piadinhas infames que ele diz. Eu disse: “*Só quem ri são seus asseclas. Ninguém ri*”. Aí, ele não gostou. Comentou, virou meu desafeto, porque eu fui o único que teve coragem de enfrentá-lo. E aí começou esse problema com ele. Dois anos depois, eu já como chefe de polícia do interior, ele caiu na besteira, acho que encontrou um pretexto para me atacar novamente, ao atacar um dos delegados subordinados a mim, na época, um delegado comissionado, Dr. Betânio. Chamou o delegado de marginal porque tinha efetuado a prisão de um Vereador, em Poço Redondo, e que quem defendia o marginal também era marginal. E me chamou de marginal de novo. Eu não tenho sangue de barata. Fui novamente ao rádio — talvez seja esse o meu erro, não aceito desaforo. Fiz uma investigação, em 24 horas, descobri o mandato de prisão desse Vereador que respondia por um crime em São Paulo envolvido em duplo homicídio. E aí disse: “*E agora, Gilmar? Quem defende um marginal é marginal. Você está defendendo um Vereador que tem mandado de prisão*.” Novamente foi o segundo debate público no rádio onde ele tomou outra surra. E aí criou-se esse clima acirrado de rixa contra mim. Depois — isso eu tenho, sem dizer datas, mas foi tudo em ordem — novamente, eu, como chefe de polícia



agora da capital, inclusive fui coordenador de polícia da capital do interior, sob 3 gestões do Dr. Gilton Garcia, do Dr. João Guilherme e agora do Dr. Luiz Mendonça. E sempre que tinha um motivo para me provocar, ele ia para o rádio e me provocava. Na terceira vez, existia em Sergipe — isso eu já estou respondendo a algum questionamento que possa vir futuramente — uma briga muito grande entre o Ministério Público e o Poder Judiciário com relação a uma extinção. O Ministério Público iria acabar com aquelas máquinas caça-níqueis em Sergipe. Acho que os Deputados de Sergipe acompanharam isso aí. E havia acórdãos na Justiça dando a legalidade às máquinas, assinadas inclusive por 11 ou 10 desembargadores. Como eu era chefe de polícia da capital, coordenador, o Gilmar Carvalho fazia campanha praticamente exigindo que eu tomasse partido e fizesse a caça àquelas máquinas que, na época, eram legalizadas. Eu disse que não aceitava esse de tipo de imposição e somente moveria a Coordenadoria se houvesse ordem judicial; como de fato, quando havia ordem judicial, nós começamos a fazer o trabalho, porque ali era uma guerra entre o Ministério Público e o Poder Judiciário. E a Polícia estava sendo usada como bucha de canhão, como bode expiatório. E no ar, eu tive esse problema com ele, foi quando eu disse a ele novamente, eu fui o responsável sem querer — eu estava conversando com o Deputado Bosco Costa — mas, naquele momento de você estar debatendo, eu cunhei duas coisas que ele não gosta. Primeiro, eu disse a ele: *“Eu vou lhe julgar hoje. Você não julga todo mundo, julga político, julga juiz, julga promotor, hoje eu vou lhe julgar”*. Ele disse: *“Você vai me julgar?”* Eu disse: *“Vou lhe julgar. Eu vou dizer o que eu acho de você no ar”*. Ele não se conformou e tentou dizer: *“Você está atacando o jornalismo sergipano”*. Eu digo: *“Não, estou dizendo você. É a minha opinião sobre você. O que você diz não tem credibilidade. Você não passa nada, mais nenhuma credibilidade para ninguém”*. E aí nesse dia ele gaguejou. É difícil você ver Gilmar Carvalho gaguejando, com o poder que ele tem do rádio. E novamente acirrei — não por minha vontade — essa rixa que eu tenho com ele. A última — que também vai ser motivo de questionamento, que eu estou aqui para responder a qualquer questionamento — foi quando começaram os problemas na gestão do Dr. Luiz Mendonça, e ele foi para o rádio dizer que eu tinha o ameaçado de morte. Eu procurei saber quem foi, e começou o meu rompimento com o secretário Luiz Mendonça devido a esse fato, porque um dia antes o



Secretário esteve em meu gabinete e eu disse a ele: *“Olhe, da forma como vai e eu tenho 20 anos de investigação, eu vou começar a ter... eu tenho munição para pulverizar a campanha dele a Prefeito de Aracaju”*. Eu disse claramente para ele: *“Eu tenho munição para pulverizar a campanha”*. Munição verbal. E, no outro dia, Gilmar Carvalho apareceu dizendo que eu ia matá-lo. Quando teve esse debate, eu cheguei, liguei 2 minutos depois. Eu quero falar da forma como eu liguei, porque eu não estou escondendo. Quando terminou o debate, que durou exatamente 3 horas no rádio com Gilmar Carvalho, eu liguei para o Dr. Luiz Mendonça e disse a ele: *“Muito obrigado por mais essa sacanagem que o senhor fez comigo, porque eu disse claramente que tinha munição para pulverizar a campanha dele, que não ia matá-lo”*. Mesmo porque eu disse no rádio, nessa entrevista que imbecil daquele que procurasse matar Gilmar Carvalho. Quem conhece Gilmar Carvalho sabe lá que se alguém tentar ou fizer, cair na besteira de matá-lo vai transformá-lo num santo. Vai ter procissão em Aracaju. Vai ser Santo Gilmar. Todo mundo sabe que ele é um populista, um demagogo e se acontecesse isso... Aí eu disse: *“Você, Gilmar”* — no rádio — *“eu considero você hoje a alegria do povo. O povo acorda às 6 horas da manhã querendo rir. Eu considero você o nosso Muçã”*. Quem conhece o Muçã, quem é paraibano sabe. *“Só que o Muçã é aquele que diz aquelas brincadeiras sem efeito e sem motivos escusos. E você diz sempre com interesses escusos. Você é o nosso Muçã”*. E no outro dia no calçadão da João Pessoa todo mundo começou a chamar ele de Muçã e aí ele hoje criou esse ódio mortal por mim. Eu não tenho culpa. Simplesmente é de minha índole. Eu não sou de me acovardar diante do que ele faz lá em Aracaju. Espero que nunca, nunca, de coração, que aquela figura venha a ser colega dos senhores aqui no Congresso Nacional. Isso é um desejo, porque vai manchar o Congresso Nacional. Já mancha a Assembléia do Estado de Sergipe. Está sendo julgado neste exato momento pela Assembléia Legislativa, na Comissão de Ética, por falta de decoro, por falta de tudo. Chamou os colegas Deputados de corja. Dessa vez ele atacou os próprios colegas. Chamou de corja. Nesse exato momento, em Sergipe, existe uma comissão de ética que julga um processo de cassação dele, porque chamou toda a bancada do Governo de corja. É esse tipo de pessoa que quero passar para vocês, porque ele deve ter passado uma imagem totalmente deturpada de mim. O que eu tenho a dizer é que



esse é o motivo de eu estar aqui. Inclusive dei entrevistas, nem os senhores não têm culpa de eu estar aqui, e disse na saída, no embarque: *“O Deputado lá, acho que não dá valor ao dinheiro público, porque o Governo Federal gastar dinheiro com a minha ida a Brasília, ida e volta de avião, por causa de Gilmar Carvalho, ele realmente não dá valor ao dinheiro público”*. O que eu tenho a dizer é isso. Qualquer questionamento, qualquer pergunta que os senhores queiram fazer, estou à disposição para esclarecer. Estou aqui, e tenho certeza, por motivo de uma discórdia, uma rixa, um fato pessoal que já se prolonga por 5 anos com o Deputado Gilmar Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado João Fontes.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Sr. Presidente, eu aguardo o Relator primeiro, porque ele tem toda a documentação com relação à própria vinda do delegado aqui, em função das declarações do Deputado Gilmar Carvalho. Eu prefiro que o Relator primeiro, que tem conhecimento, está com o laudo em mãos, possa pegar e depois eu farei as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Relator, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Delegado Sérgio Ricardo, em primeiro lugar, quero agradecer pela sua vinda que não foi apenas em cima de uma informação que o Deputado Gilmar Carvalho fez citando, no caso, de que o senhor teria dado algumas informações, mas também porque o senhor exerceu o cargo de coordenador da Polícia Civil da capital e também do interior. Então, nesse sentido é nesse aspecto que nós queremos também que o senhor, como autoridade policial, possa prestar algumas informações, inclusive sobre casos que aconteceram, como o caso de Canindé de São Francisco, que o senhor disse que desbaratou. Então, não foi em cima do que o Gilmar disse. Esse depoimento foi feito para que o senhor pudesse contribuir para a gente entender um pouco o que ocorre em Sergipe. Porque a Polícia Civil, quando do caso da morte do Deputado Joaldo Barbosa coloca que aquele agrupamento se constituía numa quadrilha. Então, lá também, parece que em Canindé de São Francisco, houve um desbragamento de uma quadrilha. Nesse sentido a gente tem algumas dúvidas e é nesse aspecto que nós



queremos que o senhor contribua para esclarecer. Não há qualquer acusação contra o senhor. Não houve acusação. Apenas de que o senhor teria dito algo sobre...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, foi isso aqui, mas foi de uma fala com o Secretário de Segurança Pública, que o senhor teria ouvido e teria repassado essa informação. Mas na hora a gente fala sobre isso aqui. Mas o que eu queria inicialmente é dizer o seguinte: primeiro, pelos dados que nós temos, no Estado de Sergipe, as ocorrências policiais nos últimos anos chegam a caracterizar a existência do que a gente poderia chamar ou de algumas execuções simuladas que acontecem, alguns crimes que teriam conotação política, a morte do Joaldo Barbosa, do Carlos Gato, não é, a fuga do Floro, essa fuga que hoje ninguém consegue explicar, não é, a existência daquele grupo chamado A Missão que aconteceu, não sei se o senhor era delegado ou era detetive na época.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Era investigador.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Investigador. Então, ou é, ou uma quadrilha de bandidos que está agindo, o que significa que existe um agrupamento composto por policiais, segundo a informação, civis e/ou militares mais terceiros, em geral ligados à segurança privada, principalmente de alguns agrupamentos de seguranças clandestinas onde contratam pessoas, às vezes até ex-presidiários que são contratados para realizar algumas ações, ou seja, essas pessoas executam a eliminação sistemática de delinqüentes a título de vender segurança, matar alguém — *“Olha, está aqui, a gente está fazendo”* —, ou de punir delitos por esses cometidos. Então, nesse aspecto, pergunto: o senhor disse que não existe, ou seja, grupo de extermínio. Agora, o que é o grupo de extermínio? É agrupamento que trabalha por dinheiro. Uma ação organizada para ganhar dinheiro, ou seja, faz lavagem de dinheiro. O que ocorreu em Canindé de São Francisco não foi lavagem de dinheiro?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Em Canindé de São Francisco eu posso falar com relação a... Eu fui incumbido na época, eu era coordenador de polícia do interior, quando ocorreu um crime de um jornalista. Na época a investigação começou com o Dr. Jocélio Fróes, que era o Delegado de Homicídios, e depois, por uma desavença entre o Dr. Jocélio e a cúpula da Secretaria,



representada na época pelo Dr. João Guilherme e pelo Dr. Marco Passos, houve a saída do Dr. Jocélio da investigação. Como se tratava de uma investigação num Município conturbado como era Canindé e envolvendo suspeita sobre um prefeito, houve muito problema com relação à indicação do delegado. A princípio fui contra a minha indicação porque eu disse que a pessoa administrar uma Coordenadoria e elucidar um crime era inviável. Eu, como administrador de 75 delegacias, teria que deixar a administração das delegacias para cuidar da apuração de um crime. Ponderei e eles procuraram outras opções. Foi quando surgiram todos os delegados, a maioria que foram procurados não quiseram aquele abacaxi, vamos assim dizer, na mão. Voltou e eu disse: *“Eu vou apurar, mesmo que em detrimento da minha administração na Coordenadoria do interior”*. Fiz várias viagens para Canindé de São Francisco, povoados Curitiba, Capim Grosso. Foram 3 meses de investigação onde colhi indícios fortes da participação do Prefeito. Representei pela prisão temporária. Eu vou antecipar outro fato importante para os senhores. Na época eu estava com a prisão já representada pela temporária porque eu tinha indícios da participação dele como mandante e eu sempre tive na minha carreira como delegado um prisma que se eu tiver certeza e convicção eu represento a preventiva. Se eu tiver ainda alguma dúvida, represento pela temporária. Representei pela temporária e continuei a investigação. Quando esses indícios, depois de uma acareação que foi do conhecimento de todos, uma acareação em que eu fiz questão que fosse no meu gabinete, porque já tinha tido uma ouvida do prefeito lá onde ele se negou a comparecer à polícia e o Dr. Jocélio teve de ouvi-lo na prefeitura de Canindé, onde essa ouvida se transformou praticamente num circo com a população, aquela dificuldade, parecia uma manifestação política nessa ouvida. Eu disse: *“Vai ser acareação no meu gabinete”*. Fiz prevalecer o meu objetivo, que era apurar o crime. E depois dessa acareação teve um Promotor de Justiça, um Procurador, que saiu também convicto. Os indícios se reforçaram, e eu pedi a preventiva. O incrível, e agora vem mais um assunto de um episódio que foi citado por ele, é que na época da investigação eu recebia telefonemas de várias pessoas, 24 pessoas por dia. O meu telefone tocava todos os dias. Telefonemas de políticos, telefonemas de pessoas interessadas. Uns que pediam, davam informações com o intuito de ajudar a investigação e outros no intuito de tumultuar.



E num desses telefonemas, que é do conhecimento do Deputado Bosco Costa e tudo, que não foi para mim, na época um delegado comissionado que é o Álvaro Bento que ele disse que tinha relações de amizade com o então ex-Secretário de Finanças de Canindé, que era o Ricardo, eu não conhecia nem como Floro, era Ricardo, ele falava no Ricardo, tinha informações para passar para mim. E num dia que estava chegando no meu gabinete o Álvaro Bento passou o telefone e eu atendi o telefonema do Ricardo que posteriormente ficou comprovado que era esse Floro, do episódio. Na época eu não sabia. Eu sabia como Ricardo, ex-Secretário de Finanças de Canindé. Conversei com ele. Foi grampeada essa conversa. Não sei. Até hoje não foi apurado. Entrei na justiça para que fosse apurado esse grampo porque eu queria saber como foi grampeada essa conversa. Eu não sei se era o Bento que estava grampeado, se era ele que estava grampeado. Sei que conversei com ele há alguns minutos, como eu conversava com várias outras pessoas. Não o conhecia pessoalmente. Eu disse sempre que se ele chegasse do meu lado e tivesse alguma coisa contra mim me mataria porque não sei nem quem é. E essa gravação foi feita, parece que em 2001. E tentaram usar essa gravação como chantagem. Chegou um emissário dizendo que havia uma conversa entre mim e o Ricardo e que se eu persistisse e continuasse naquele rumo de investigação e pedisse a prisão do Prefeito Galindo, a fita ia ser divulgada. A resposta que eu dei: *“Diga a quem quer que seja que mandou”* — inclusive fui grosso nesse dia — *“diga a esse cachorro que ele pode botar a fita que ele quiser que eu vou até a última instância dessa investigação”*. E pedi a prisão preventiva. E começou todo o processo de derrocado do esquema de Canindé. Eu comecei o processo de derrocada do esquema de Canindé. Depois todo mundo surgiu como o “pai da criança”. E disse a ele: *“Eu não sei o que tem nessa fita, mas se estão querendo me chantagear com essa fita podem divulgar”*. Isso acho que em 2000, 2001. O ano passado surge em novela, capítulo, 3 minutos por dia, parecia aquelas novelas da Globo, o Deputado Gilmar Carvalho colocando trechos da fita todos os dias e anunciando: *“amanhã, o próximo capítulo”*. E aí começou o processo de tentar denegrir a minha imagem. E eu disse expressamente a ele: *“Pode colocar a fita porque eu desafiei, na época em que essa fita poderia ter alguma importância, há 3 anos atrás. E a pessoa que me chantageou não teve coragem. Hoje você pode*



colocar". Foi quando eu percebi qual o intuito daquela gravação clandestina ir ao ar. Era camuflar os fatos, deturpar tudo o que estava acontecendo. O que era que estava em voga naquele momento? A fuga de Floro. Quem estava sendo questionado pela fuga de Floro? O Secretário de Segurança Pública, Dr. Luiz Mendonça. A fita serviu para desviar todo o foco, que era a fuga de Floro, a apuração da fuga de Floro, para uma fita, matéria velha, de 3 anos atrás que eu tinha conversado com um ex-Secretário de Finanças de Canindé, que eu ouvia falar, porque não conhecia, como Ricardo. Não sabia que ele iria se tornar, 3 anos depois, no marginal, como todo mundo disse, o maior marginal que já surgiu em Aracaju. Aqui ele tinha sido ex-Secretário de Finanças de Canindé e eu achava que ele tinha informações para me passar para ajudar na investigação de Canindé. Quando surgiu essa fita, que foi durante 15 dias colocada no ar, com o intuito de denegrir a minha imagem, foi quando começaram inclusive a criar uma suposta banda podre na Polícia e que o Deputado sempre não me incluía e começou, depois desse debate, a me incluir na banda pobre da Polícia Civil. Foi quando eu entrei com uma ação na Justiça, inclusive foi julgado o mérito pelo Dr. João Hora, e ele mandou apurar a origem daquele grampo. Até hoje essa apuração dorme em berço esplêndido; está em alguma gaveta lá, porque ninguém sabe qual a origem daquele grampo; ninguém sabe, até hoje. E aí foi um dos fatos que também motivou um debate com Gilmar Carvalho, que eu me esqueci de dizer, ele tentando denegrir minha imagem por causa dessa fita; uma fita em que não há nada. Quando eu cheguei na hora para o Dr. Luiz Mendonça que eu disse inclusive a ele: *"Isso é para desviar o rumo do que realmente interessa que é a fuga do preso"*. Ele disse: *"Não se preocupe que aí não tem nada contra você. Agora, eu não posso é controlar"* — inclusive disse — *"a língua daquele maluco"*. O próprio Dr. Luiz Mendonça me disse: *"Ali não tem controle"*. Mas eu sabia que existia uma espécie, é o que eu chamei de relação incestuosa entre os 2. Porque quem estava sendo alvo de tudo aquilo, na época, de todo o tipo de suspeita, era o Dr. Luiz Mendonça. A permanência de Floro, naquela delegacia de Polícia, como todo mundo diz, de ponta de rua, era única e exclusivamente de responsabilidade do Secretário. Em várias ocasiões, eu tentei movê-lo e disse: *"Dr. Luiz, esse preso é tão importante assim que o senhor quer mantê-lo em uma delegacia sem condição nenhuma de segurança?"* E ele disse:



"Esse preso é tão importante que está sendo motivo até de discórdia entre as Polícias". Porque começou a gerar a suspeita de corrupção na 1º DM, e, numa das atitudes, ele afastou um plantão de policiais civis, e disse que a Polícia Militar teria que tomar conta do preso no período noturno, inclusive colocando sob suspeita o delegado, aquela conversa toda. E eu disse: *"Esse preso está sendo hoje motivo de discórdia entre as duas instituições, e isso não vou permitir"*. Fui lá, e houve manifestação na porta da 1ª Delegacia, quando teve essa medida de tirar a Polícia Civil à noite, e o sindicato, o SINPOL com faixas lá, eu tive que apagar incêndio entre as duas polícias nesse dia. E, no outro dia, ironicamente, o Dr. Luiz Mendonça chegou e disse que eu era um gerenciador de crise da Secretaria. Que evitei confronto entre as polícias. Eu disse a ele: *"Tudo bem, eu gerenciei uma crise, e agora esse preso vai continuar na 1ª?"* Ele disse que ia resolver o problema em 5 dias e, não resolveu. Resultado: foram 58 dias o Floro Calheiros na 1ª Delegacia; qual o motivo não sei, me questiono até hoje. O motivo alegado é que ele precisava ser ouvido por vários delegados, em investigações outras. Depois que o preso fugiu, o preso disse que nunca um delegado o procurou na 1ª para ouvi-lo. Então, até hoje, permanece na obscuridade a permanência de Floro lá. E foi um dos motivos também que eu comecei a romper com a cúpula da Polícia. Eu não admitia que um preso, daquela importância — inclusive sugeri o Quartel da Polícia, disse até, por onde já passaram presos ilustres, como o Deputado que passou um dia lá, como outros, um ex-Juiz de Direito... Digo: *"Sugira o Quartel da PM que tem mais segurança"*. E ele não me deu ouvidos; permaneceu na 1ª, e resultou no que deu. Eu, várias vezes, cheguei para a delegada, a Dra. Meire Mansuet, e disse: *"Dra. Meire, eu a conheço, desde quando a gente começou, praticamente na Polícia, o que é que você espera disso aí? São 3 opções: ou o preso vai fugir, e você vai sair desmoralizada; ou vai haver um resgate na delegacia, era ventilada essa conversa de resgate, se você estiver você pode ser morta; ou, na pior das hipóteses, vai acontecer o seguinte, o que eu já estou desconfiando, vão eliminar o preso na delegacia. Qualquer que seja a hipótese você só tem a perder"*. E questionava: *"Por que você não pede para sair da 1ª? Por que não pede férias?"* Questionava todos os dias, praticamente, com a Dra. Meire. E ela dizia que não podia fazer nada, que era uma funcionária. Ela dizia: *"Eu sou soldado, eu faço aquilo que me mandam"*. Resultou que uma das 3 opções



ocorreu: o preso fugiu, e a Dra. Meire ficou desmoralizada; completamente desmoralizada — já houve o depoimento dela aqui; ficou sob suspeita de fuga. Foi quando ela chegou e relatou o plano a alguns delegados. Primeiramente que havia aquele plano de eliminar o preso na delegacia — e ela foi cooptada duas vezes para isso, pelo Secretário; isso é do conhecimento público, não sou eu quem estou dizendo aqui; e que, em duas ocasiões, as tentativas foram frustradas; o preso conseguiu escapar; e que tinha conversado isso com alguns delegados, inclusive com o corregedor — que depois veio a apurar, ele não tinha dado ouvidos —, com o Dr. João Eloy e, quando chegou ao meu gabinete totalmente abalada, eu, que a conheço perguntei a ela: *“Meire”* — ela tinha sido afastada, já afastada sob suspeita — *“tem muita sujeira aí, tem muita lama aí, e você está atolada até o pescoço”*. Ela simplesmente olhou para mim, balançou a cabeça, com os olhos cheios de lágrimas, e fez assim com a cabeça. Eu disse: *“Você quer me contar isso, vamos”*. Aí foi quando surgiu a oportunidade no restaurante do Paiol — eu, ela e o Dr. Marco Passos — onde ela contou detalhes de tudo aquilo por que ela estava passando. Contou ao Dr. Marco, a mim e disse que já tinha contado ao Dr. Abelardo e ao Dr. João Eloy. Ela disse isso. Depois, eu disse: *“Você foi pega como bode expiatório disso tudo, de uma situação que eu já lhe alertava que poderia acontecer”*. Não vou me estender, a não ser que os senhores perguntem sobre aquilo que ela me disse, porque o depoimento dela está aí, todo aquele plano que ela disse que houve. Ela me disse que foi cooptada, que as regalias que existiam dentro da 1ª Delegacia era uma situação já programada para ganhar confiança do preso. Inclusive ela, como delegada, teria sido incumbida de deixar, por isso houve várias denúncias de que o preso tinha regalia. E o pior que o Secretário sabia que tinha regalia e não tomava uma providência. A providência inicial era tirar o preso de lá; se há regalia, a mais óbvia. Se existia a imprensa divulgando que está havendo regalia, ele tinha que ser retirado de lá e tinha que ser colocado no presídio; mesmo assim, permaneceu lá até que aconteceu a fuga. A fuga para mim permanece obscura, não sei, não investiguei. Tem que ser perguntado e convidado o delegado, Dr. Abelardo, que foi quem investigou, quem fez um relatório de várias páginas aí, ele que vai explicar como foi essa fuga, porque eu acompanhei só pelos jornais. Inclusive eu disse ao Dr. Luiz Mendonça: *“Foram 6 meses do seu trabalho jogados fora”*. Nos primeiros 6



meses, quando eu era Coordenador de Polícia da Capital, a Secretaria se notabilizou pelo número de prisões feitas — eu acho que mais de 500 prisões, chegou a umas mil prisões em um mês, inclusive sempre com o apoio da cúpula, eu e os outros delegados; inclusive decisões polêmicas que ele tomava, como apresentação em massa de presos, no pátio da delegacia, houve um dia em que apresentaram setenta presos; a OAB se insuflando contra isso. Mas era uma determinação — o agente, como delegado, apresentava todos aqueles presos. E ele ficou conhecido como o Secretário que mais delinqüente ia para a cadeia, graças àquela primeira parte. E jogou tudo fora com o episódio da fuga de Floro, onde eu credito a responsabilidade pela permanência de Floro, na 1ª, era única e exclusivamente do Secretário de Segurança Pública. E eu não sei os motivos por que Floro ficou lá — isso eu não sei. Com relação aos episódios, e tudo aquilo por que a Dra. Meire passou, ela, sentindo-se desamparada e sozinha, porque já tinha contado a alguns membros da Instituição e não tinha tido apoio, contou nesse dia, no Paiol, a mim e ao Dr. Marco. E chegamos à conclusão — o Dr. Marco conhece o Dr. Kércio, Superintendente da Polícia Civil, que a única solução, naquele momento, era procurar outra instituição a que ela pudesse contar aqueles fatos, já que dentro da instituição dela ninguém estava dando ouvidos. Foi chamado o Dr. Kércio, isso já foi em outro barzinho, no bar João do Alho, lá onde ele ficou a par dos fatos e combinou que a Dra. Meire iria depor na Polícia Federal. Isso foi feito. Ela também já deve ter comentado sobre isso aqui. E não sei, não houve apuração sobre esse suposto plano de morte, esse plano de que ela falou; não sei qual o resultado da apuração com relação à fuga. Eu sei que, com relação à pergunta que V.Exa. me fez, o que existe, eu credito, existem crimes de pistolagem, em Sergipe, como existe em qualquer parte do Brasil. Em Sergipe, não acho que seja fruto de grupo de extermínio, porque não são crimes seqüenciais no sentido de haver uma conexão entre os autores. Acontece um crime que tem envolvimento de policiais militares; o crime é apurado; eles são punidos; afastados; expulsos; presos e condenados; outro crime com pessoas totalmente diferentes daquele. Então, não existe uma correlação entre os autores para se chamar de grupo, para que se possa chamar de um grupo de extermínio já armado para fazer esse tipo de coisas. São fatos isolados. Então, por isso acho que não se pode dizer que há grupos de extermínio. Pelo menos,



respondo pela Polícia que eu trabalho — a Polícia Civil. Dos crimes que ocorreram aí, dentre os quais V.Exa. citou alguns, alguns foram apurados, e as pessoas punidas estão presas. Então, não posso chegar e ampliar dizer que há grupos de extermínio. O que se pode falar, e aí não posso tecer qualquer comentário profundo, porque, como eu disse, não vivenciei isso aí, é em grupo, na época daquele episódio anterior, A Missão. Mas eu não posso falar, porque não vivenciei, não me recordo, acho que era investigador de polícia, vivia na minha delegacia trabalhando, não vou falar daquilo que não posso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá em Canindé de São Francisco o Prefeito era o Genivaldo Galindo, o Ricardo Floro era o Secretário...

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Era o ex-Secretário de Finanças; na época da investigação, ele não era mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A pergunta que eu fiz é a seguinte: há a informação de que em Canindé do São Francisco flui muito dinheiro da CHESF; e houve inclusive alguma coisa da denúncia que foi feita pelo Deputado e que teria, por dentro disso aí, a questão de lavagem de dinheiro. Deu para identificar, aí não é?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Deu, deu. Inclusive na época em que eu era praticamente o único delegado que teve a coragem de enfrentar e apurar aquilo, naquela época, eu era, por incrível que pareça, é tanta falta de coerência, que eu era o delegado mais corajoso, destemido, segundo as palavras do próprio Gilmar. Era convocado, pelo menos uma vez por semana, para prestar depoimentos; elogiado constantemente no rádio porque tive a coragem de dar o pontapé inicial que foi naquela investigação. Agora, depois que Galindo ficou enfraquecido com a investigação, aí desarquivaram o inquérito de sumiço de urna que estava há 5 anos engavetado, aí se puxou tudo. Começou novamente todos aqueles processos, aqueles inquéritos de improbidade administrativa, todo mundo tirando a carreia da gaveta, porque agora já tinha um momento propício. Por isso até ironicamente eu disse: *“Eu dei o pontapé, agora, todo mundo começou, todo mundo é o pai da criança”*. Vários processos de improbidade administrativa foram abertos ou deram continuidade; a apuração do crime das urnas, que, há 5 anos, ninguém



sabia, foi elucidado, de repente; tudo foi elucidado depois daquele episódio da minha investigação, tudo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor falou dessa fita que foi feita, uma espécie de chantagem.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - A fita foi...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi a partir do telefone que o senhor recebeu?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - A fita foi o seguinte...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem é que passou o telefone?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Foi o policial que era um delegado comissionado à época, Álvaro Bento, que, se não me engano, parece, era delegado de Taboquinha, mas que já tinha sido delegado de Canindé. E, no período em que foi delegado de Canindé, algum tempo antes, 1 ou 2 anos antes, ele tinha mantido relações de amizade com o Secretário de Finanças, que era o Ricardo Floro. Aí, num dia, eu estava entrando em meu gabinete — havia alguns delegados na minha sala —, e ele conversando, eu estava conversando com o Ricardo, aí ele passou e disse: *“Fale aqui com o chefe, com o coordenador”*. Aí eu conversei, foi quando ele conversou comigo, naquele estilo que parece que são amigos de longa data. Se você chegar, por exemplo, a atender um telefonema de uma pessoa que você não conhece, e chegar *“oi, chefe; oi, amigo”*, não quer dizer que você conheça. E ele chegou no programa dizer “patrão” — parece que o Ricardo me cumprimentou *“oi, patrão”*, aquela forma: *“oi patrão”*. Aí ele ficou no programa “patrão”. Quer dizer, quis dizer que tinha relações de amizade, que eu nunca tive. Eu fui para o rádio debater e disse: *“Olhe, Gilmar, não conheço; nunca tive qualquer contato; não sabia”* — porque o Floro era barrigudinho, fui até irônico, e meio calvo. Eu disse: *“Fui descobrir que ele parece com você, depois que vi ele subindo preso na escadaria da SSP, ele guarda semelhança com você”* — aí eu fui irônico, porque eu não sabia nem como ele era. Nunca tive contato algum anterior com esse Ricardo. Se se fizer uma investigação, inclusive pela Federal, com o meu telefone e o telefone dele, vão descobrir que nunca houve uma ligação minha para ele, nem ele para mim, então, foi mais uma prova do mau caráter dele que tentou, durante 15 dias, passando 3



minutinhos diários da fita, tentar denegrir minha imagem e colocar como se o conhecesse.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora que o senhor analisa aquele fato: um delegado que telefona para o senhor, dizendo “*tem uma pessoa aqui que quer falar com você*”. E aí coloca na linha o Ricardo Floro, que o chama de patrão. O senhor não considera que aquilo foi uma armação para desviar também das investigações?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não, eu não vejo...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque depois aparece a fita como uma espécie de chantagem.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Justamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, de fato, a primeira coisa é que aquela fita foi gravada naquele momento, tendo inclusive a conivência daquele delegado. Eu pergunto: foi feita alguma investigação para apurar a origem dessa fita; como é que ela surgiu; se esse delegado que passou o telefone para o Floro teve alguma vinculação com o fato da...

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não. Acredito que não, porque quem mais sofreu — eu sofri, durante 15 dias, os comentários do Deputado Gilmar Carvalho —, com aquele grampo foi o delegado comissionado, Álvaro Bento. Por quê? Porque a fita, apenas um pequeno diálogo em que ele passa o telefone para mim, com o Floro, é, vamos dizer assim, um quinto do teor total da fita, então, a fita tem muitas conversas entre esse delegado e o Ricardo em que o delegado, depois, foi colocado, inicialmente, o delegado que é o agente de polícia, como um ícone da suposta banda podre. Então, se ele estivesse por dentro dessa armação ele não ia fazer uma coisa para prejudicá-lo. E ele dizia que era amigo do Ricardo, com quem criou laços de amizade, na época em que ele foi delegado de Canindé. E, todo mundo sabe, e os Deputados de Sergipe sabem, que quem mais sofreu com aquela fita foi o próprio Álvaro Bento, que, a partir do momento daquela fita, foi tido como o verdadeiro ícone dessa banda podre que Gilmar Carvalho criou, e Luiz Mendonça aceitou — que aí seria mais um *slogan* da sua campanha: *o combate à banda podre*”. E durante todo o período ele sempre se referia à banda podre como o Álvaro Bento, a Dra. Meire Mansuet, o Dr. Luciano Cardoso, e sempre, ele sabe, que ele



me conhece, no fundo ele me conhece, ele dizia: *“Esse eu não posso dizer que é da banda podre”*. Todos os dias, ele dizia, não estou dizendo que ele é da banda podre, agora, ele dizia assim: *“Como é que ele fala com um suspeito, não sei o quê”*. No meu caso, uma situação que não tinha como evitar uma pessoa passar um telefone. Mas ele tenta me colocar. Depois do último debate, quando ocorreu o problema dessa ameaça de morte criada, que ele diz que eu o ameacei de morte, que eu rebati, desafiei o Dr. Luiz Mendonça a vir no rádio dizer se eu o ameacei, foi que ele aí, mais uma vez, perdeu um debate, porque lá podemos dizer que foram 5 debates, quando ele perdeu 4, e o último eu digo que terminou empatado, porque ele boicotava, ele desligava na hora o que eu falava; aí foi quando ele não agüentou mais e disse: *“Esse é da banda pobre também”*. Aí começou, me classificou e me colocou como banda pobre. Eu nunca fui da banda pobre; depois do debate, com ele, no rádio, aí passei a ser da banda podre.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, isso, pelo que o senhor fala, existe uma banda podre.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não existe banda podre. A banda podre foi um *slogan*, uma forma de se desviar a atenção do que estava acontecendo. Porque, se for analisar, quem foi citado como banda podre? Dra. Meire, que eu considero como bode expiatório, vítima de tudo aquilo; o Álvaro Bento, que foi vítima de um grampo, ele era vítima; e eu, por ter falado no telefone com ele, terminei também sendo colocado nesse negócio; e o Dr. Luciano Cardoso, porque todo mundo sabe, também, que é outro delegado que não aceita algumas coisas do Gilmar Carvalho e já combateu, e deu entrevista no *CINFORME*, já fez alguns tipos de consideração que enervaram o Deputado e, que também, teve um problema, na primeira fase — o Dr. Luiz Mendonça, com um mês, rompeu, teve um confronto com o Deputado —, e o Dr. Luiz Mendonça retirou ele, em um mês, da Coordenadoria, sob pressão do Deputado. Foi quando eu senti que na Secretaria de Segurança Pública existiam 2 Secretários de Segurança: Gilmar Carvalho e o Dr. Luiz Mendonça. Cheguei inclusive a conversar com ele: *“Pelo que ouvi falar do senhor é muito estranho que o senhor ceda metade ou parte do seu comando para Gilmar Carvalho. Porque ele, hoje, manda, desmanda, nomeia, designa delegado, bota onde ele quer, mexe, inclusive tira um membro da sua cúpula”*. Foi ele quem tirou



Luciano Cardoso com um mês de lá. E eu disse ao Dr. Luiz: *“Essa briga em que ele cortou a cabeça do Luciano Cardoso com um mês só de gestão mostra que é fraqueza sua, porque toda vez que um delegado for de encontro a Gilmar Carvalho, eu tenho certeza de que vai cair”*. Disse a ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor falou da relação incestuosa do Secretário com o Deputado Gilmar Machado.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Gilmar Carvalho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Carvalho. Parece, também, que há uma relação incestuosa do Secretário com a Dra. Meire nesse sentido. No caso de Galindo com o Floro, não é; essa relação incestuosa ela está presente muito nas relações lá em Sergipe?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não. Cada caso aí é diferente. Por exemplo: do Floro e de Galindo eu não posso falar muito; sei que um era Secretário de Finanças, o outro Prefeito. Eles, a princípio, foram aliados; depois, romperam; depois foram aliados. Na verdade, eu disse que era, eu considerava tudo farinha do mesmo saco, na verdade, não tinha inimizade, era questão política. O Floro, de que eu ouvia falar como Ricardo, depois que vim saber desse nome Floro, subia no palanque de qualquer político lá; todo mundo sabia que era um político que subia no palanque de todo mundo. Depois foi que começaram as investigações sobre ele nesse crime do Joaldo, onde ele ficou como inimigo público nº 01 do Estado de Sergipe, depois, agora recentemente, mas ele subia no palanque de todo mundo, pelo menos daqueles que ele apoiava.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E por que essa relação incestuosa Gilmar/Secretário?

O SR. SERGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Gilmar Carvalho, eu digo sempre, fez na vida política dele como trampolim a difamação, calúnia, injúria, as pessoas como trampolim, como escada. Então, ele criou ao longo dos anos inimigos de toda a espécie. Então, ele já conhecia o Dr. Luiz Mendonça e sempre quis colocar os tentáculos dele dentro da SSP, por quê? Ia ter segurança privada, como ele tem hoje, ou segurança do Estado, privada não, do Estado. Eu inclusive disse lá: hoje Gilmar Carvalho tem segurança policial militar, policial civil, até pouco tempo, não sei se ainda tem diante do que eu denunciei, 2 Santana do Estado à disposição



dele, gasolina paga pelo Governo do Estado, tudo da SSP. Enquanto delegacias de periferia, como a minha que eu estou atualmente só tem 1 carro ostensivo para trabalhar, Gilmar Carvalho tem 2 carros frios, com segurança mista de policiais civis. Inclusive eu disse no último Forrocaju, que é uma festa lá, ele chegou com cerca de 12 seguranças, dos 12 eu identifiquei uns 6 policiais. Então ele procurou infiltrar os tentáculos dele dentro da Segurança Pública. Eu sempre disse: parece que o sonho dele é ser secretário, porque já conseguiu um duplo comando: ele manda, Dr. Luiz aceita. E o que mais incomodava? Nós que éramos da cúpula inicial, a gente muitas vezes ia no gabinete conversar com o secretário assuntos de polícia, Coordenadoria, estavam trancados de portas fechadas lá, Gilmar e Dr. Luiz Mendonça. Era diariamente. Quando eu rompi, que não agüentei mais aquela situação, porque eu disse isso é inadmissível numa polícia que é a razão de ser da minha vida, porque eu tenho 20 anos na Polícia, disse: *“Essa permissão é tão perniciosa que eu vou”* — eu me demiti — *“me afastar, a partir de hoje da cúpula da Polícia”*. E usei até uma frase lá, eu disse: *“O odor já está tão fétido, na Secretaria de Segurança Pública, com a permanência do Gilmar Carvalho lá que já está se impregnando pelas ruas do bairro São José e Grajeru. Eu quero agora uma delegacia de periferia bem distante, me coloquem na Terra Dura, no Jardim, para que eu fique longe daquele mal cheiro que está exalando da Segurança Pública”*. Era todos os dias Gilmar Carvalho dentro do gabinete do Luiz Mendonça, lá. Isso era público e notório. Sobre o que eles faziam, aí eu não posso tecer comentários, são desconfianças. Por exemplo: o Floro era inimigo comum dos 2. Várias vezes Gilmar Carvalho foi para o ar dizer que a vida dele corria risco por causa do Ricardo Floro. Todo mundo sabe, é público e notório também que o Dr. Luiz Mendonça disse que a vida dele também corria risco por causa do Ricardo Floro. Então, eles tinham uma coisa em comum, supostamente um inimigo em comum. E eu não sei se a permanência, não posso dizer, de Floro na 1ª tem o dedo de Gilmar Carvalho, apenas desconfio, porque ele estava lá com um propósito, que todo mundo sabe que era o propósito de ser eliminado, foi o que o Dra. Meire disse. Então, ia ser aquele negócio, se os interesses eram iguais, tanto tinha interesse de Gilmar como de Dr. Luiz Mendonça, eu inclusive conversando com o Dr. Luiz Mendonça disse: *“A gente até entende que entre o senhor e um bandido o senhor pense, se há risco de*



vida, que se pense que tem que vir primeiro a sua vida, agora o que não se admite é achar que a Polícia Civil do Estado de Sergipe vai suportar mais escândalo dessa natureza, um preso ser morto dentro da delegacia". Porque todo mundo sabe do episódio do Jason lá, o mal que causou. Dr. Bosco Costa, V.Exa. se recorda do episódio do Jason lá, que foi a morte de um preso na delegacia que até hoje está na obscuridade. E eu disse ao Secretário: *"Se o senhor está por trás desse de morte de um preso dentro da delegacia, mostra que o senhor não conhece a SSP, que ela não vai suportar mais um escândalo desse, principalmente da forma como a Dra. Meire disse, que ele ia aparecer envenenado".* Eu disse: *"Quem é que vai acreditar que um preso empresário vai aparecer enforcado, envenenado? Ninguém".* Eu disse a ele, não acusei: *"Se o senhor está por trás desse plano de matar Flora, mostra que o senhor não conhece a SSP, veio para o lugar errado, se juntou com pessoas inexperientes e jogou fora 6 meses de sua gestão, porque é o maior absurdo pensar que se matasse o Presidente da delegacia a coisa ia ficar impune, ficar dessa forma".* E eu disse a ele. Ele respondia, dizia que eu me acalmasse, que tudo ia terminar. Eu disse: *"Não, simplesmente eu não vou"...* Cheguei a dizer para ele inclusive isso: *"Eu desconfio e tenho quase certeza de que o que ele falou é verdade, que ela me contou e contou a todo mundo da participação na trama para matar o Flora. Agora, torça,"* — eu disse a ele — *"torça para eu não descobrir que o senhor não tem participação na fuga de Flora, que aí vai ser a derrocada total da Polícia Civil".* Foi quando eu rompi de vez. E disse a ele: *"Aí eu não vou nem olhar mais, não vou ter nem o respeito que a gente tem pela sua figura".* Eu disse a ele: *"A participação, a suspeita sobre o plano de morte a Dra. Meire denunciou. Agora, espero que o senhor não tenha nada a ver com o episódio da fuga".* Foi o que eu disse a ele, sem fazer acusação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso, quando aconteceu lá aquilo de extermínio denominado A Missão, o senhor era apenas um investigador, não é?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - É. O Grupo de Extermínio foi no primeiro Governo de João Alves, eu acho que o delegado nem...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí eu não tenho informação, não tenho conhecimento sobre esse grupo...



O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - As informações que a gente tem... na Polícia a gente ouve de tudo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De tudo.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Pode-se dizer assim que se existia uma coisa que se pode assemelhar a esse tipo de denominação em grupo seria naquela época. Agora eu não tenho os detalhes, não posso fazer, tecer comentários de uma coisa que eu não conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas essa A Missão não teria alguns tentáculos? Porque talvez a visão que o senhor tem do extermínio... O grupo de extermínio pode ser um agrupamento que pode se reunir, não é? Há uma diferença entre a pistolagem, em que o cara é contratado, é pistoleiro preparado, permanente. Extermínio que ele age ou motivado, para tirar proveito político, para tirar proveito econômico, para tirar proveito financeiro, enfim, para fazer lavagem ou para fazer tráfico de armas ou para permitir que o roubo de cargas continue acontecendo.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Todo o tipo de crime está por trás do grupo de extermínio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É organizado.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Naquela época, pelo o que eu ouvia falar, era um grupo formado para combater o roubo de gado, isso é do conhecimento de todo mundo, roubo de gado. O que se passou oficialmente é que existiram excessos, não preciso entrar em detalhes, que se chegou a práticas, praticaram crimes em nome daquela guerra que era o combate ao roubo de gado. Eu, quando eu digo que não posso falar e digo pela minha polícia que eu participo, esse grupo A Missão não tinha policiais civis, não tinha delegados, era composto de policiais militares, oficiais da Polícia Militar. E eu não tenho detalhes de como foram feitas essas investigações. Eu não acompanhei, estava distante, eu acho que na época eu trabalhava na delegacia, não me recordo se era delegacia de menores, ou agente de polícia, eu não acompanhei. Eu acho que isso inclusive já foi fruto de investigação pela OAB, pelo próprio Poder Judiciário. Deve ter documentos que possam pelo menos dizer se isso era um grupo de extermínio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nós solicitamos inclusive os dados da Coordenação de Polícia Civil do interior e também da Capital de homicídios que



teriam características, e o Secretário não mandou; disse que ia mandar, nós fizemos o requerimento, não foi aprovado ainda, mas ele ficou de encaminhar isso e não encaminhou até hoje, e a gente está esperando. Por que Joaldo Barbosa foi assassinado? Qual foi o motivo? Tem várias versões, qual a versão que o senhor coloca?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - V.Exa. há de convir que eu só sei responder aquilo que foi dito, eu não investiguei, pelo que foi feito oficialmente, aquela investigação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não participei, eu estava conversando com o Deputado Bosco Costa e o Delegado Marco Passos antes aqui e existiram vários motivos que fizeram com que nós nos afastássemos daquela investigação, porque era uma investigação de um crime de repercussão, que tudo que se falava no gabinete no outro dia estava no rádio. Por isso que eu novamente falo nesse tipo de relação incestuosa, porque se comentava um passo da investigação, no outro dia Gilmar Carvalho estava dizendo até as frases que eram ditas dentro do gabinete. Aí eu disse: "*Quem vai investigar desse jeito?*" Foi quando, deliberadamente, Dr. Marco e eu nos afastamos dessa investigação que foi feita depois pelo Dr. João Eloy e Dr. Archimedes, porque era um vazamento incrível de informações e tudo ia para o rádio, para Gilmar Carvalho. Tinha dias que ele parecia que era o presidente do inquérito, sabia tudo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas enquanto o senhor esteve, foi um crime político? Qual foi razão da morte dele?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - O fato é que foi um crime, foi uma execução, agora não posso dizer que foi político, existem várias hipóteses aí. Eu acredito, praticamente na minha intuição, aí vem a intuição, porque eu não tenho prova nem nada, que foi um crime político, de conotação política. Agora, eu não posso creditar a ninguém, a investigação já na fase de audiência, já está na fase judicial, então, não se pode mais aqui...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No relatório da Delegacia Especial de Homicídio são indiciados Antônio Francisco Sobral Garcez Júnior, Marcos Fernando Nunes, Antônio Braz dos Santos Neto, Roozemberg José Guilherme Marques,



Michael Hernandez dos Santos, Emílio Santos Nascimento e Dorgival Luciano dos Santos. A vítima era Joaldo Vieira Barbosa, conhecido por Nego da Farmácia e a natureza é homicídio qualificado e formação de quadrilha.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Sem dúvida, foi um homicídio que teve a participação de várias pessoas, se configura a formação de quadrilha aí realmente. Agora, as pessoas que teriam talvez numa oportunidade estar aqui para falar em detalhes sobre a investigação do crime Joaldo seriam os delegados, o Dr. João Eloy e Dr. Archimedes que investigaram.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, solicito a...

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Inclusive achei estranho...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seria estranho uma nota dos 2 delegados?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Eu achei estranho porque depois apareceram informações contraditórias, inclusive depoimento dos delegados dizendo que não foi bem aquilo, não foi. Achei muito estranha aquela reportagem da *Globo*, do *Linha Direta*, que ouviu todo mundo e não ouviu os delegados, eles não foram ouvidos. Incrível que não tem um depoimento do Dr. João Eloy nem do Dr. Archimedes. Os 2 delegados que presidiram, que investigaram não foram nem ouvidos no *Linha Direta*, uma coisa totalmente absurda. É como eu digo, com relação à investigação do crime do Joaldo quem pode dar informações detalhadas são os 2 delegados que investigaram o Dr. João Eloy e Dr. Archimedes. E com relação à fuga de Floro quem pode dar informações detalhadas é o ex-Corregedor de Polícia Civil, Dr. Abelardo Inácio, que inclusive fez um relatório farto sobre esse fato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ouço dizer, Delegado Ricardo, que a associação dos nomes de Floro Calheiros, do Deputado Estadual cassado Antônio Francisco Sobral Garcez, ambos foragidos, com a morte do ex-Deputado Joaldo Barbosa de certa maneira teria sido forçada atendendo a determinados interesses. O senhor tem alguma informação?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Esses comentários circulam na SSP.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Circulam com freqüência?



O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Circulam.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Circulam.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Eu não posso dizer se tem fundamento ou não, mas que circula, circula. É como se tivesse uma névoa muito grande nessa investigação. Por isso que seria bom a ouvida dos 2 delegados que apuraram.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Veja uma coisa que aparece: no relatório que nós temos aqui, o Emílio Santos Nascimento, o Michael Hernandez dos Santos, eles foram novamente interrogados, uma interrogação inicial, depois houve um interrogatório e 2 dos acusados do assassinado do ex-Deputado Joaldo Barbosa, datado de 13 de março de 2004, ainda na instância de inquérito policial. Há alguns detalhes que chamam a atenção. Primeiro, o fato de ser um "reinterrogatório" realizado pelo próprio delegado que conduziu o inquérito, Dr. Archimedes José Melo Marques, como se o primeiro interrogatório dos acusados não tivessem sido satisfatório por alguma razão. Segundo, a presença de um promotor, Dr. Deijaniro Jonas Filho, em princípio correta pelas atribuições inerentes ao Ministério Público que pode acompanhar, mas que assinara denúncia contra os indiciados pela morte do ex-Deputado Joaldo Barbosa, incluindo Floro Calheiros e o ex-Deputado Antônio Francisco, sendo que o último seria para quem no dia 23 de junho de 2003, segundo a delegada Meire Belfort, o Dr. Luiz Mendonça, Secretário de Segurança Pública, ligaria reclamando por não ter sido alertado sobre o pedido de liberdade provisória de Floro Calheiros e solicitando que este retivesse o processo por mais tempo para a tomada de providências. Está tudo no relatório. Terceiro, a presença da juíza da 5ª Vara Criminal, Dra. Iolanda Santos Guimarães, para onde foi distribuído o processo da morte do Deputado Joaldo Barbosa. Em função de tudo isso eu pergunto — o senhor não estava, mas o senhor tomou conhecimento: que razões levaram o delegado Archimedes a proceder a esse "reinterrogatório"?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Desconhece?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Desconheço, eu conversei...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a presença da juíza, do promotor se entende, mas da juíza que vai depois receber o processo todo num interrogatório o senhor considera coisa normal?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não, normal desde o início não era. Pressão... Chegou-se ao ponto de que transformar o episódio da morte do Deputado Joaldo Barbosa é uma questão do Governo, não é nem mais um caso disso. A pressão para elucidar o fato era tão grande que o sucesso inicial da administração do Dr. João estava atrelado a essa elucidação. Então imagine a pressão que sofreram as pessoas que estavam investigando por ter pressa, por dar uma resposta à sociedade. Quer dizer, isso tudo deve ter prejudicado o trabalho, porque não foi uma coisa comum, foi um crime de homicídio, um crime complicado, complexo, onde você tem que investigar. O delegado sempre dizia: *"Homicídio que se investiga não se pode dar ouvido a pressão de imprensa nem nada, você tem que aprofundar e seja quanto tempo for necessário para fazer uma diligência"*. Mas ali era tudo como se fosse aquele negócio assim, todos os dias o Secretário tinha que despachar, era o que a gente ouvia dizer com o Dr. Alves e a pressão em cima: *"Tem que elucidar, tem que elucidar e tem que elucidar"*. E eu acho que tudo isso fez com que muitos questionamentos possam ser feitos com relação a essa investigação. A pressa, até hoje está muito mal explicada a participação e eu acredito que isso foi também vítima de todo esse processo da morte do delegado Edvalson Júnior. Eu pelo menos conversava com os delegados que estavam presidindo e conversava porque eu me preocupava com o colega. E dizia: *"Júnior tem a ver com isso?"* E eles diziam: *"Não"*. E como saiu uma foto de Júnior no *CINFORME* no meio como se fosse o chefe de uma quadrilha? Uma semana antes de morrer Júnior vivia com o *CINFORME* para cima e para baixo, em depressão, tomando todo tipo de comprimido porque colocaram a foto dele estrategicamente no meio, três marginais de um lado, três de outro e ele como se fosse o chefe de uma quadrilha. Depois eu digo: cadê a participação de Júnior? Ninguém deu resposta para isso, provocou depois a morte do delegado. Quer dizer tudo isso são questionamentos que têm que ser feitos. Conversando com o Dr. Marco a gente dizia, se talvez Júnior tivesse, era uma pessoa muito fechada, se tivesse conversado com a gente, dizendo o que estava se passando ali, talvez não tivesse ocorrido aquele fato. Depois veio



questionamento se foi suicídio ou se foi homicídio, mais uma pergunta no ar quando surgiu isso. Colocaram até em dúvida se foi suicídio a morte de Júnior. Quer dizer, são tantas perguntas que exigem resposta e que as pessoas têm que dar resposta, só que as pessoas certas, as pessoas que investigaram. É por isso que eu digo: talvez tenha sido precipitada a minha vinda e a do Dr. Marco, porque nós não acompanhamos isso de perto. Estava conversando no gabinete do Dr. Bosco Costa e disse que os delegados que deveriam estar aqui talvez neste momento, os mais dispensáveis, seria eu e o Dr. Marco em relação a esse questionamento, porque não investigamos, não sabemos responder a todos esses questionamentos — eu acho que ele não vai estar aqui também apenas suposições. Eu não trabalho com suposições, eu apenas faço o mesmo tipo de pergunta: qual a participação de Júnior? O que levou a morte de Júnior? Foi suicídio ou não foi? Tem que ser respondido, porque foi um colega, mais um que foi colocado como se fosse de uma banda podre, inclusive esse, antes de morrer, de ter a morte física, foi morto moralmente, porque quem o conhecia viu lá a foto dele no meio, como se fosse chefe de uma quadrilha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem um caso que chama a atenção. Em 31 de março de 2003 o delegado Archimedes, nas conclusões do inquérito que conduziu sobre a morte do ex-Deputado Joaldo Barbosa, ao pedir a prisão preventiva dos vários acusados, diz textualmente, entre aspas, que “fica a critério do Ministério Público, quanto às pessoas de Ricardo Floro Calheiros, pelos motivos já dimensionados, bem como do ‘velho’” — entre aspas — “Antônio Francisco Sobral Garcez, assim como do Galego da Assembléia, que apesar de existirem evidências ou coincidências, também não existem provas concretas. Por outro lado” — diz ainda — “são fracas as evidências contra Floro Calheiros e o Deputado Antônio Francisco, se restritas ao contido nos termos do interrogatório de Emílio Santos Nascimento e Michael Hernandez dos Santos, porque os interrogados nunca tiveram contato direto com Floro Calheiros nem com o ex-Deputado Antônio Francisco, reportando-se a eles apenas com base nas ligações que estabeleceram com terceiros envolvidos no delito. Parece que, mesmo contrariando as conclusões do delegado encarregado do inquérito, há um especial esforço para condenar Floro



Calheiros e o Deputado Antônio Francisco.” O que o senhor diz a, como delegado... Se o delegado estava investigando e achava que ainda não tinha, não era para...

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - É o que falei das pressões. Se o próprio delegado conclui, pelo que está dizendo aí, pelo não-indiciamento, pelo que estou vendo, pelo não-indiciamento, e depois teve uma matéria no *CINFORME*, onde eles dizem que não encontraram... A mim falaram em *off* que não tinham nada de prova contra o delegado Edvalson Júnior e que não tinham encontrado prova nenhuma contra Floro Calheiros. Então, ficou a critério, depois, do Ministério Público todo o pedido de prisão e a posterior prisão. Acredito que, se o próprio delegado diz isso, acho que não precisa nem se comentar mais nada. Se não me engano foi o Dr. Archimedes ou o Dr. João Eloy que ratificou essas informações. Agora, não posso é...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Dr. Augusto César Lobão Moreira, que é o promotor que acompanha o processo referente à fuga de Floro Calheiros, em representação de prisão preventiva, em que se manifesta contrário à prisão de vários acusados pela fuga de Floro Calheiros, entendeu que o inquérito relativo a essa ocorrência peca porque praticamente nada apurou, tornando-se imprescindível a realização de outras diligências visando a completa elucidação do acontecimento criminoso, e que os autos não apontam nem o corrupto nem seu corruptor, quem recebeu, o que recebeu e de quem recebeu. Em função disso, pergunto ao senhor, como delegado: quem teria promovido a fuga de Floro Calheiros? Qual o interesse para promover essa fuga?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não sei responder.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não sabe. O inquérito poderia ter sido conduzido de modo a não apurar a fuga em toda a sua plenitude? É possível fazer isso? Quer dizer, um inquérito para...

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Poderia, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O presidente do inquérito teria interesses não declarados para não fazer uma profunda apuração? É isso o que diz o Dr. Augusto César Lobão Moreira, promotor que depois denunciou os acusados.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - As especulações que surgiram eram de que havia o interesse, não posso aqui afirmar, mas isso é do



conhecimento público lá, que havia o interesse do Dr. Abelardo chegar à Superintendência da Polícia Civil. Isso havia. Inclusive, contaram episódios de que ele contava com isso aí e, talvez, até ainda conte quando a coisa esfriar mais, porque ainda está muito quente. Mas eu não posso dizer. É o que eu ouvia falar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na medida em que o promotor considera imprescindível a realização de outras diligências visando a completa elucidação da fuga, em sua opinião, como delegado e conhecedor dos meandros da polícia sergipana, por qual viés as investigações deveriam seguir? Se o senhor fosse o delegado, que pessoas deveriam ainda ser investigadas?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Como quase todos os questionamentos de V.Exa. giraram em torno de 2 episódios, que foram a fuga de Floro e a morte do Deputado Joaldo, sobre esses assuntos é imprescindível que sejam chamados os delegados, os 3 delegados, Dr. João Eloy, Dr. Archimedes e Dr. Abelardo. Eles podem explicar com detalhes todos esses fatos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse Floro, dizem que fugiu. Agora, como explicar a passagem de Floro Calheiros? Sair da prisão tudo bem, mas passar em fuga pela segurança externa da Polícia Militar? Porque é a Polícia Militar que faz a segurança externa. O senhor não acha estranho isso aí?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Totalmente. Isso aí não tem dúvida de que houve participação da Polícia Militar nessa fuga aí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor acha que houve?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Houve participação. As informações que chegavam, inclusive fui um crítico veemente disso, e foi um dos motivos por que rompi com a cúpula da Polícia Civil, mais precisamente minhas primeiras desavenças com o Dr. Luiz Mendonça, é que eu questionava para ele: “*Se o senhor tem conhecimento de todas essas regalias que estão falando que estão ocorrendo na 1ª Delegacia, se tem conhecimento de que pode estar havendo todo tipo de corrupção, um preso que todo mundo sabe que tem um poder econômico, inclusive sabe como é o dia-a-dia de uma carceragem. Um preso*” — eu dizia até um exemplo — “*manda comprar um lanche, fica com o troco. Geralmente, vai ganhando a confiança dos pequenos. Depois, as informações que tenho é que ele circulava fora do xadrez. Se o Secretário de Segurança Pública tinha conhecimento disso*



tudo, como Secretário, por que ele não botou o preso na penitenciária? É o questionamento que faço”. E eu dizia: “O lugar dele é na penitenciária, onde está Galindo, onde estão os presos de importância”. Inclusive sugeri a penitenciária de São Cristóvão, que é uma penitenciária que até agora não registrou fuga, como a Casa de Detenção. Sugeri, a princípio, o quartel e, depois, a penitenciária. A resposta que ele dava oficialmente era que o preso precisava ficar na 1ª, porque seria ouvido em outras investigações. Isso todo mundo sabe que não foi. Durante 58 dias, ninguém procurou o preso para ouvir. Foi o que ele disse, realmente não foi ouvido em investigação nenhuma. Aí está o grande problema, e foi a grande mancha na gestão do Dr. Luiz Mendonça, essa fuga inexplicada até o momento. Inexplicada porque não existe uma explicação convincente. E também é inexplicado por que o Secretário — não sei se ele já veio aqui depor — manteve o preso numa delegacia como a 1ª Delegacia, que não tem segurança. Inclusive cheguei a dizer ao Dr. Luiz que eu, como coordenador de polícia da capital perdi uma delegacia, porque a Primeira, hoje, está parecendo um *bunker*, sitiada de um lado e de outro da rua, onde a população não pode ir prestar as ocorrências, porque tem até medo, porque parece um tanque de guerra virado do lado da delegacia, porque era um jipe daquele todo ostensivo, barricada de um lado e de outro, carros não passavam. Eu disse: “Hoje em dia, a função primordial da 1ª Delegacia, que é o atendimento à comunidade do Leite Neto, dali, não existe mais”. Quer dizer, questionei esse fato. Questionei o fato da discórdia que o preso estava causando com relação entre as duas polícias, porque uma suspeitando da outra, que poderia facilitar uma... Ele, inclusive, foi responsável por isso quando colocou a pecha. Eu disse: “O senhor acabou de colocar a pecha de corrupta na Polícia Civil, porque afastou um plantão de policiais civis. E os policiais militares não são susceptíveis também de serem corrompidos, não?” Foi o que eu questionei com ele. Ele afastou um plantão e manteve. Diz-se que quando chegava 6 horas da noite a Polícia Militar tinha que tomar conta da delegacia e saírem os civis. E eu digo: “Eles também não são susceptíveis de serem corrompidos, não?” Tanto que, depois da fuga, ficou comprovada a participação de policiais militares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando foi preso o Floro, por uma força-tarefa, ele foi preso portando uma pistola de propriedade do Estado e usando um



colete de proteção da Polícia Civil, entregues pela policial Eliene Silva de Oliveira, episódio esse que também teve ciência da cúpula da Secretaria de Segurança Pública. E o preso ainda permaneceu naquele local.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Justamente. Foi o que eu questionei. Se todos esses fatos estão ocorrendo, por que ele permaneceu ali?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. O senhor já explicou a questão dos privilégios e regalias, de domínio público, que o Floro tinha lá no presídio.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não, na delegacia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na delegacia. A delegada Meire, em declarações tomadas a termo na Superintendência Regional da Polícia Federal de Sergipe, acusou o Secretário de Segurança Pública de tê-la convocado ao seu gabinete em 8 de maio de 2003 dizendo-lhe: "*Vamos eliminar Floro Calheiros*", e que ele não deveria ter sido trazido vivo, e que a Dra. Teonice Alexandre de Santana, então Superintendente da Polícia Civil, nessa mesma ocasião, teria dito à delegada que o plano não poderia ser executado sem o conhecimento desta. Em audiência na CPI, a delegada declarou que o Secretário teria dito que, no dia seguinte, Floro iria para uma audiência na 5ª Vara Criminal, onde ele seria interrogado no caso do homicídio do Deputado Joaldo Barbosa, e que ela deveria colocar o preso à disposição da Polícia Militar, sob escolta de policiais militares do BOPE, Batalhão de Operações Especiais, e que, no meio do caminho, seria simulada uma tentativa de resgate por parte do bando dele e, aí, haveria simulação de troca de tiros, e ele seria exterminado a caminho do fórum, com o que ela não concordou, a Teonice. No caso, não sei se a Teonice ou se a Meire. Meire, não é? Informou ainda que o tenente-coronel lunes não estava presente nessa ocasião, mas que o Secretário lhe dissera que o oficial iria procurá-la no outro dia, pela manhã, o que terminou não ocorrendo. Pergunto: o senhor disse que teve uma conversa com a Dra. Meire, e ela...

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Contou esse episódio. Tomei conhecimento de 2 episódios, desse e do outro episódio, o da comida. Ele seria dopado e, daí, seria enforcado. Foram duas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem no final. Quer dizer, o senhor ouviu essa conversa no restaurante Paiol?



O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Ela contou todos esses fatos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor tomou conhecimento dessa...

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Ela me disse, inclusive, que o preso, depois, começou a desconfiar que poderia ser envenenado e começou a comprar comida no restaurante do Miguel, mandar vir direto do Miguel, porque já estava desconfiado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ainda nas mesmas declarações, a delegada Meire acusou o Secretário de Segurança Pública de, ainda no ano de 2003, ter proposto colocá-la em lugar de destaque na Secretaria de Segurança Pública, restabelecendo seu conceito perante seus pares, desgastado em face de atos atribuídos ao policial civil com quem ela convivia maritalmente, desde que procurasse angariar a confiança de Floro Calheiros, a fim de obter informações privilegiadas, a serem repassadas ao Secretário. E que, tendo aceito essa proposta, passou a obter tratamento especial pelo Dr. Luiz Mendonça, com o qual passou a despachar diretamente, e não mais com a então superintendente da Polícia Civil, a Dra. Teonice. E que aquele constantemente a procurava para saber se ela já havia angariado a confiança do preso. Pergunto: isso também ela falou para o senhor?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Falou, e eu a alertei várias vezes com relação a esses fatos. Inclusive eu disse: *“Meire, veja o retrospecto da trajetória do Dr. Luiz Mendonça na SSP. Com um mês, ele montou a equipe dele no posto de lavagem, a primeira equipe, da qual hoje ninguém mais faz parte, que fui eu, Dr. Luciano, Dr. Marco, Dra. Teonice e Dr. Abelardo. Dessa reunião no posto de lavagem, com um mês houve o conflito público, no rádio, entre Luciano e Gilmar Carvalho. Luciano foi retirado, primeiro sinal que percebi, como membro da cúpula, de fraqueza. Depois, houve o episódio da morte de Edvalson Júnior, onde os delegados, em momento algum, foram para o rádio, para a televisão, em entrevistas, e disseram que Júnior tinha participação naquele crime”*. O Dr. Luiz Mendonça ia e dizia... Inclusive teve episódios constrangedores que eu soube, depois, que até no enterro de Júnior ele foi, praticamente, expulso do cemitério pelos familiares. Praticamente, quem dava declarações contra o Edvalson Júnior era o Secretário. Os delegados não falavam. O primeiro foi Luciano, depois, o episódio de Júnior. Depois veio o episódio de Meire, onde Meire foi cooptada para este plano. No final, eu



disse: *“Lembra, você vai ser bode expiatório. Você me contou que estava sendo forçada a ficar na 1ª, por uma situação que você não tinha como evitar, e eu disse que ia acontecer as 3 hipóteses: ou ela seria desmoralizada com a fuga de Floro, ou seria morta numa tentativa de resgate na delegacia, ou seria...”* não me recordo a terceira opção que falei para ela: a fuga, a morte... Eu disse que... eu não me recordo agora... *“das 3 opções, de todas as 3 você vai perder e ser bode expiatório”*. Aconteceu que ela foi bode expiatório, foi afastada com 24 horas, foi responsabilizada de imediato, foi colocado o estigma que ela tinha tudo a ver com tudo aquilo de errado que acontecia na 1ª Delegacia. Ela chegou um dia chorando no meu gabinete e, com 24 horas do afastamento, ela não agüentou e resolveu desabafar e contar. Quando ela contou — marcamos no Paiol —, ela me contou e ao Dr. Marco. Foi a terceira vítima da gestão do Luiz Mendonça. A quarta foi quando todo o foco da mídia, de tudo era o porquê da permanência de Floro, o porquê daquele plano e o porquê da fuga, tudo, os holofotes em cima do Secretário, de repente aparece a suposta, a invenção de que eu iria matar Gilmar Carvalho, que foi criada por ele, eu atribuo e digo que foi por ele...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por quem?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não, pelo Dr. Luiz Mendonça, porque 24 horas antes, quando estava toda aquela cena, ele chegou no meu gabinete e disse, estava aquele episódio da fita, os 3 minutos da novelinha todos os dias: *“Fique tranqüilo. Todo o mundo sabe que você não tem nada a ver, inclusive me elogiando. Aquela investigação de Canindé foi fruto da sua coragem, de tudo. Ninguém tem nada contra você. São problemas que você sabe que vai passar”*. Aí eu disse: *“Se você tem influência sobre aquele que eu falei, manda ele calar a boca, porque eu tenho munição, sempre tive no ar, nos debates, para pulverizar a campanha dele a Prefeito de Aracaju”* — disse a ele, ao Dr. Luiz Mendonça, no meu gabinete. No outro dia, a informação chega totalmente deturpada e Gilmar Carvalho alardeando, 6 horas da manhã, que eu teria dito que iria matá-lo. Aí eu disse: *“Quem foi que disse?”* Pressionei, e ele disse: *“Foi o Secretário Dr. Luiz Mendonça”*. Eu digo: *“Eu desafio ele aqui agora no ar. Ligue para ele para ele falar que eu disse a ele que ia matá-lo”*. Foi quando eu disse: *“Mesmo porque eu considero você o nosso Muçã, a alegria da galera, e o desafeto seu, que planejar e executar uma morte vai*



transformá-lo em santo. Santo Gilmar Carvalho com direito a procissão e tudo lá em Aracaju” — disse a ele. Então, longe de mim ser esse imbecil. Pronto. Aí esse episódio. Depois desse debate, no outro dia sai no jornal da cidade, primeira página: *Delegado que Tromba com Gilmar é Exonerado*. Eu provoquei a minha exoneração. Então, vamos lá: Luciano, Júnior, Meire e agora Sérgio Ricardo. Todos que colaboraram com Luiz Mendonça de um aspecto ou de outro — e o meu foi só trabalho, só prisão — foram massacrados. É a fama que ele tem hoje na Secretaria, todo o mundo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Delegado Ricardo, em outro ponto das declarações da Delegada Meire, sem informar de onde vinham as pressões, ela disse que, coagida psicologicamente por ameaças de ver seu companheiro devolvido para sua repartição de origem, a Secretaria de Fazenda passou a autorizar que Floro Calheiros saísse de sua cela para fazer sua higiene pessoal e atender a alguns pedidos, ligações telefônicas, refeições externas, visitas de parentes e advogados em outras dependências da delegacia. Ela falou de onde partiam essas coações? Isso o senhor ouviu dela? Que tinham essas coações, esses privilégios?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Ela passou para mim, para a gente, para os delegados que tudo era parte de um plano para ganhar a confiança do preso, que a missão dela era justamente ganhar a confiança.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas de onde partiam essas pressões psicológicas?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Ela falou do Secretário de Segurança.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do Secretário de Segurança?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Disse que foi ele que designou esta missão de ganhar a confiança do preso. Disse claramente cooptar ela para esse plano que era eliminar o preso e que ela não concordou e, no final... Já está claro eu acho que isso aí no depoimento dela.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Ainda em suas declarações, para depois me permitir e, depois, retomo, a Delegada Meire disse que, em 23 de junho de 2003, em um almoço no restaurante Cantina D'Itália, ao informar ao Secretário de



Segurança Pública que Floro Calheiros poderia ser libertado nos próximos dias devido a um pedido de liberdade provisória formulado por seus advogados, aquela autoridade, aparentemente nervosíssimo, declarou: *“Então, temos de eliminar ele hoje”*, orientando-a para que verificasse as condições da Delegacia para a simulação de um suicídio por enforcamento. Depois de cumprir essa determinação, retornou ao gabinete do Secretário, onde estavam também a Dra. Teonice e o tenente-coronel lunes, informando 3 problemas para a execução do plano, e que, diante da iniciativa de contorná-los pelo Secretário, teve a discordância da Dra. Teonice que sugeriu a simulação de um resgate fora das dependências da Delegacia; que o Secretário sugeriu que ela levasse um suco ou uma refeição com um sonífero para Floro e, depois, simular o suicídio por enforcamento, plano por ela recusado; que, nessa ocasião, o próprio Secretário ligou para o Promotor Rogério Ferreira reclamando por não ter sido alertado sobre o pedido de liberdade provisória e solicitando que este retivesse o processo por mais tempo para a tomada de providências. Isso ela também confirmou na fala que teve com o senhor?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Todos esses fatos foram contados porque existiram duas reuniões, a primeira, no Paiol, que fui eu, ela e Marco Passos, e ela chegou a chorar nesse dia. Contou... Ela colocou a mim e a Marco Passos como as últimas... a válvula que ela..., o que ela tinha, porque ela tinha contado a Abelardo, Abelardo não deu ouvido, tinha contado ao Dr. João Eloy, também ela não encontrou eco e colocou como tábua de salvação a mim e a Marco Passos, e contou no Paiol isso aí, inclusive, chorou nesse dia, e nós ficamos naquele dilema. Se ela não acredita na própria instituição, só resta agora procurar ajuda de outra instituição. Foi quando o Dr. Marco sugeriu o Dr. Kércio, da Polícia Federal, e marcamos um novo encontro no restaurante João do Alho. Aí, já com a presença do Dr. Kércio, ele ouviu e programou que ela fosse ouvida, primeiro depoimento dela e sempre foi o mesmo depoimento na Polícia Federal, e contou todos esses fatos com detalhes. Agora, isso causou transtorno para a gente, para mim e para Marco. Hoje, nós somos perseguidos por isso. Hoje, eu estou numa Delegacia de periferia, onde só tem um carro praticamente para trabalhar. O Dr. Marco, um Delegado também que tem uma trajetória brilhante na SSP e, hoje, está numa Delegacia de assistência de trânsito, sem condição nenhuma de trabalho. A



Dra. Meire, nem preciso falar, todas as conseqüências aí. Até ela me pediu, uma época, que eu colocasse policiais meus para fazer a segurança dela, que ela dizia que estava correndo risco de vida, e eu coloquei uma viatura, que eu ainda estava, na época, como Coordenador, e coloquei 3 policiais. Aonde ela ia, esses policiais se deslocavam e a levavam em casa e tudo. Ela pediu a mim, porque achava que podia ser morta a qualquer momento. Inclusive, o advogado dela também foi seguido e eu coloquei segurança também para o advogado dela. E, com relação a essa atitude, que eu acho que fiz em prol da instituição, como o Dr. Marco, até hoje, o que nós ganhamos foi isso. Estamos sem condição nenhuma de trabalho. Hoje, não temos condição de trabalho, pelos 20 anos, 21 quase que tenho e 23 ele. A gente, hoje, não tem condição de trabalho nenhuma. É delegacia de periferia, delegacias sem nenhuma condição de operar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na linguagem comum, vocês estariam na geladeira?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Estamos na geladeira. Desde essa época, hoje estamos completamente gelados, na geladeira.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E ela falou se o Dr. Rogério Ferreira teria atendido à solicitação do Secretário de...

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Desse detalhe não me recordo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vou repassar para os Deputados, que têm outras perguntas, e depois retomo algumas outras indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado João Fontes.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Sr. Presidente, eu lhes confesso que, na realidade, quando começou esta CPI, eu tinha uma visão completamente diferente. Mas, com os depoimentos que tenho ouvido aqui — eu, que tenho acompanhado todo esse processo, desde seu início, em função dos últimos crimes praticados no Estado de Sergipe, como a OAB, eu me lembro que, na morte do sindicalista Carlos Gato, Vereador lá em Boquim, eu levei toda a bancada federal



para lá, para poder acompanhar de perto, porque a gente sabia que isso poderia ter um desdobramento —, depois do depoimento da delegada e do que estou ouvindo agora do delegado Sérgio Ricardo, que é uma pessoa extremamente experiente — a gente conhece a experiência do delegado Sérgio Ricardo nesse processo, acompanhei toda a investigação que foi feita por V.Sa. na cidade de Canindé do São Francisco —, então, a gente começa a ficar com muito mais dúvidas. Eu queria perguntar o seguinte: V.Sa. confirma que, em vários momentos, preveniu ao Secretário de Segurança Pública de que seria arriscado colocar o Sr. Ricardo Floro na 1ª Delegacia, de onde ele fugiu posteriormente?

O SR. SERGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Confirmando. Inclusive, teve um dia em que, durante meia hora, no telefone, eu cheguei para ele e, de forma mais veemente até do que os colegas, porque eu não fui o único, porque existiram outros colegas também que tentavam demovê-lo da idéia de mantê-lo lá, o Dr. Ewerton, o Dr. Abelardo. E eu, por questões de segurança, questões administrativas, porque eu não podia conceber uma delegacia de polícia da importância da 1ª Delegacia ficar servindo de carceragem para um preso, uma delegacia que, se você for olhar a importância, ela é a 2ª Delegacia... V.Exa. sabe que a 1ª e a 2ª Delegacias são das mais importantes de Aracaju. E uma delegacia praticamente perdida, servindo de carceragem para um preso? Inclusive, eu cheguei para ele: *“Será que esse preso é tão importante”* — foi o que eu disse e repito — *“que me fez perder uma delegacia?”* Eu, como Coordenador de Polícia da Capital, hoje não conto mais com a 1ª DM, a 1ª DM hoje é uma delegacia inútil. *“Uma barricada de um lado da rua, outra barricada de outro, e um tanque,”* — eu dizia para ele — *“um tanque de guerra apontando para a porta da delegacia”*. O povo tinha até medo de ir à delegacia registrar uma ocorrência. Durante 58 dias, a delegacia não operou praticamente, simplesmente servindo de carceragem para Floro Calheiros, simplesmente por única e exclusiva responsabilidade do Dr. Luiz Mendonça. Eu, o Dr. Ewerton, vários delegados sempre ponderando. Inclusive, fui áspero um dia. Disse: *“Será possível que esse preso vai ser até motivo de discórdia entre as duas polícias?”* Eu tive que gerenciar uma crise 8h da noite, o SINPOL colocando faixa lá, um clima de guerra entre o SINPOL e a Polícia Militar, porque o Secretário, em uma das medidas dele, paliativas e desastradas, afastou um plantão da Polícia Civil. Disse que, a partir de 6



da tarde, quem tinha que tomar conta da delegacia era a Polícia Militar. Senhores, todo mundo sabe que a delegacia é unidade policial civil. Ali já era uma intromissão na nossa instituição. A 1ª Delegacia é uma unidade policial civil. E, se havia uma determinação de que 6h da tarde os policiais civis e a delegada tinham que sair para entrar a Polícia Militar... Aí eu disse: *“E no quartel, se fosse o inverso, estaria correto saírem os militares do quartel para a gente tomar conta? O senhor está colocando a pecha de corrupta na minha polícia, eu não vou admitir. Evite isso, tire o preso de lá,”* — fui duro, dessa forma, no telefone — *“tire o preso de lá e coloque no quartel”*. Inclusive, disse: *“Lá já passaram presos até ilustres, lá no quartel, ou então no presídio”*. Mas o argumento dele era que o preso tinha que ficar lá, porque era uma delegacia, e ele precisava ser ouvido, sempre esse. Aí foi quando, no outro dia, em uma reunião, porque eu gerenciei toda aquela crise entre as polícias civil e militar, ele, aí, inclusive brincando: *“Já temos até o nosso gerenciador de crise”*; e olhou para mim: *“gerenciador de crise”*. E rindo, como se aquela situação não fosse uma situação difícil e complicada. E a delegada Meire, repito, alertei várias vezes. Disse: *“Você só tem a perder com essa situação. Você tem duas soluções, ou peça para sair, faça um requerimento, diga que não quer essa missão, você não é carcereira, você não fez concurso para tomar conta de preso, você é uma delegada de polícia, ou então peça umas férias. Saída você tem várias”*. Ela simplesmente, com medo de retaliações, que eu acho que tem nos autos aí alguns tipos de retaliações, inclusive, ela achava que o esposo dela poderia ser perseguido, porque é policial desviado de função, todo aquele problema, disse que não tinha escolha, tinha que ficar com aquela missão, que era comandar a 1ª durante a permanência de Floro lá, mesmo contra a vontade dela.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - A experiência de V.Sa. como delegado de polícia deixa aqui uma interrogação para todos nós. V.Sa. afirmou aqui que tem quase certeza, pela sua experiência, de que a Delegada Meire, que já prestou depoimento aqui na CPI, está dizendo a verdade em relação ao envenenamento e à possível morte do Floro na delegacia. O que leva V.Sa. a ter essa quase certeza de que realmente são verdadeiras as afirmações da delegada?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Quando se chefiava, como eu, estava como Coordenador de Polícia da Capital, mesmo no meu gabinete, e durante



a permanência de Floro Calheiros, nunca estive lá em ocasião nenhuma, a não ser no dia da apuração, no dia da fuga. Mas tudo que se passava na delegacia chegava ao conhecimento de todos, inclusive do Secretário — as regalias, os fatos estranhos, como, por exemplo, chegou uma vez: se a delegacia era guardada durante o dia por vários policiais, mais de 10 policiais, em duas ocasiões, se não me falha a memória, em duas ocasiões, em uma delas eu intervim, circularam notícias de que o preso estava sozinho na delegacia com um policial tomando conta, durante o período noturno, fato estranho, completamente estranho. Inclusive, nesse dia, eu tive que acionar um colega policial militar, que acionou o plantão do dia para verificar se essa situação era verdadeira, e chegou lá e realmente constatou: um policial. Quer dizer, se havia aquela preocupação durante o dia, de manter policiais civis e militares, inclusive do lado de fora da delegacia, por que à noite, que é uma ocasião em que devia se reforçar, em tese, havia um policial só? Outro fato estranho: a transferência dos presos das outras celas. Chegou ao conhecimento, também chegava: *“Foi transferido Fulano que estava preso na cela vizinha ao Floro; Sicrano”*. Teve um período em que ficou somente ele, o único preso na delegacia. Foi quando surgiram as conversas de que estava tudo traçado para que ele fosse eliminado ou que houvesse um resgate e a posterior eliminação dele depois do resgate, fatos confirmados depois pela Dra. Meire, no depoimento aqui na CPI e na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Diante de todo esse quadro, V.Sa. colocou aqui que existe muita névoa, nebulosa, em relação à apuração do crime de Joaldo Barbosa, inclusive com relação até à participação do Antônio Francisco no processo, a participação direta; que era uma questão de honra do Governo apurar esse fato, que foi feito de forma atabalhoada, apressada, de forma a dar uma satisfação para a sociedade. V.Sa., pela sua experiência, acha que realmente esse crime está totalmente elucidado?

O SR. SERGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Totalmente acredito que não. Existem muitos questionamentos ainda a serem feitos. Eu tenho... Como eu digo, eu não posso falar daquilo que eu não investiguei, que eu não acompanhei de perto. Agora, são tantos os questionamentos, tantas as interrogações sobre participações como a do Antônio Francisco, a do Edvalson Júnior, a do próprio pistoleiro, que hoje



é questionado quem atirou, quem não atirou. Eu posso dizer, assim, que pode ter mais alguém envolvido nessa morte e que ainda não se encontra na investigação, como pode também ter pessoas que foram citadas na investigação, como o delegado citou aqui, foi lida pelo Deputado Dr. Luiz Couto uma parte do relatório do Dr. Archimedes onde ele não encontra provas, indícios, e conclui, deixa um inquérito, um relatório inacabado, deixando a critério do Ministério Público. Ora, eu tenho 20 anos na Polícia e, quando você conclui um inquérito, um relatório, deixando qualquer item a critério do Ministério Público, é porque você não tem convicção. É como eu digo: se você não tem convicção... Eu tenho por premissa, se eu não tenho convicção, certeza da participação de alguém na autoria de algum crime, eu peço a prisão temporária, durante aquele período investigo e, se eu tiver mais convicções, eu requeiro a preventiva. Nesse fato, o que levou a crer aí, pelo relatório do Dr. Archimedes, lido pelo Dr. Luiz Couto? Um relatório inconcluso, deixando para o Ministério Público. Então, nem o delegado tinha convicção. Por isso que eu acho que a presença dele aqui é imprescindível, para que ele mostre aquilo que ele tem certeza, aquilo que ele não tem e aquilo que ele deixou no ar, deixou para os outros. E isso eu não posso responder; quem tem que responder é o Dr. Archimedes e o Dr. João Eloy.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - V.Sa., pela experiência que tem, acha que a comissão que foi criada na Secretaria, comissão administrativa para apurar a fuga de Floro Calheiros de dentro da delegacia, esse relatório final da comissão não reflete aquilo que é real, aquilo que aconteceu de fato?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Eu não posso dizer que reflete ou que não reflete. O que eu acho inadmissível é que comece uma investigação — isso é uma coisa que foi até motivo de chacota, nossa Instituição ficou até sendo ridicularizada... Como é que uma investigação onde há uma pessoa tida como envolvida, que era o chefe maior, que era o Secretário de Segurança Pública, citado várias vezes nos depoimentos da Dra. Meire, e a investigação é feita por um subordinado, um Corregedor, subordinado ao Secretário? Não tinha condições de ser feita. Desde o início, minha opinião é que a investigação tinha que ser feita por um órgão alheio à Polícia Civil, já que havia suspeitas sobre membros da Polícia Civil ali, inclusive sobre o chefe maior, que era o Secretário de Segurança Pública.



Então... Eu, inclusive, teve uma época, quando ventilaram que ia ter uma investigação feita pela Polícia Federal, eu disse: *“Agora eu acredito em seriedade”*. Quando ficou no âmbito da Polícia Civil, qual a independência de um subordinado investigar um fato onde havia citações do envolvimento, do suposto envolvimento, do Secretário? Qual a independência?

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - O Delegado Abelardo Inácio, que presidiu essa comissão, chegou a afirmar a V.Sa. que esse plano, confirmar esse plano macabro para matar o Floro Calheiros na delegacia? Chegou, em algum momento, para afirmar isso?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - V.Exa. vai ouvir, e eu espero que questione o meu colega, Dr. Marcos Passos, porque eu não vi isso do Dr. Abelardo, mas... Vai ser perguntado? V.Exa. não esqueça, anote aí essa pergunta ao Dr. Marcos, que ele disse a mim, várias vezes, e disse ao Dr. Bosco Costa, que a primeira pessoa que contou a história do plano a ele foi o Dr. Abelardo. O próprio Corregedor o procurou na Coordenadoria-Geral de Perícia contando que havia um plano e que ele, ele Corregedor, tinha certeza da participação do Secretário. Isso dito ao Dr. Marcos, antes de ele ser nomeado para investigar isso — veja o disparate. O Dr. Marcos vai confirmar isso aqui, que ele contou no gabinete. O Dr. Abelardo contou que tinha convicção da existência desse plano e que contou ao Dr. Marcos. Juntamente, nesse dia, estava o Dr. Archimedes — não contou a mim, foi Dr. Marcos que me contou. E depois, posteriormente, ele foi o responsável pela investigação, e todo mundo viu o resultado da investigação, que foi aquele calhamaço de páginas no famoso café da manhã na SSP.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Eu quero, Sr. Presidente, depois, ser ouvido nesta Comissão, porque também o Deputado João Fontes ouviu do Delegado Abelardo Inácio essa mesma afirmação que depois eu quero prestar, sob a forma de juramento. Eu queria perguntar ainda se V.Sa., recentemente, tem conhecimento de que fugiu de uma delegacia em Aracaju um preso, ou morreu, numa delegacia em Aracaju, ou foi resgatado de uma delegacia, que depois viera a aparecer até morto, um preso chamado Jeová? Poderá o Jeová ter participado desses crimes de Antônio Francisco e do crime de Carlos Gato? Tem algum conhecimento disso?



O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - As conversas que circularam depois é que — que também são suposições —, é que a descrição das testemunhas que descreveram no momento a pessoa que atirou no Deputado Joaldo Barbosa são semelhantes ao Jeová e não àquela pessoa que foi apontada como o autor. Mas são suposições. É como eu digo: que, fisicamente, o Jeová seria a pessoa que fisicamente se parece com a pessoa que atirou. Aí, eu...

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Mas não é estranho, em Sergipe, todas as pessoas que são mais ou menos parecidas e que posteriormente aparecem mortas, assim, que ninguém... Edvalson Júnior morto, Jeová morto, e não aparece, assim, muita contradição nesse processo todo?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Concordo plenamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - O senhor concorda com isso, pela sua experiência de delegado?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Concordo que é estranho, claro.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Sr. Presidente, eu acho que não tenho mais nada a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Mendonça Prado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Delegado Sérgio Ricardo, o objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito é saber se... é investigar grupos de extermínio e milícias privadas. V.Sa. confirma: Sergipe tem grupo de extermínio?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sergipe tem grupo de extermínio?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não. V.Exa., eu me recordo, no início da minha explanação, nos 20 minutos que me foram concedidos, V.Exa., eu acredito, não estava presente.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Não estava, exato.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - E a opinião que eu tenho, pelo menos por parte da Polícia que eu represento, é que não existe crime de extermínio; que, no tocante a esse objeto da investigação, nossa Polícia eu posso considerar



muito pura, muito ingênua. Nenhum delegado dos antigos, que eu faço parte, nenhum dos delegados novos, que é a turma que todo mundo conhece agora, que são pessoas saindo praticamente das faculdades, tem qualquer envolvimento, nem citado, pelo menos no tempo que eu estou na polícia, com qualquer tipo de crime dessa natureza. Nada. Nada mancha a Polícia Civil nesse sentido. E isso pode ser pesquisado, isso é comprovado. Não tem um delegado — hoje são 78 delegados — que tenha pelo menos seu nome citado com participação nesse tipo de crime. Por isso que eu digo que não.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - O senhor afirma: em Sergipe existem milícias privadas.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não. Não posso afirmar isso.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, o objeto da Comissão é investigar crime de extermínio e milícias privadas. Pelo que disse o Delegado Sérgio Ricardo, eu não sei o motivo, o que está motivando o delegado aqui. Não sei por que o convite do delegado aqui, a convocação, porque inclusive está cumprindo o seu papel. Foi convocado como testemunha e está exercendo, com muita gentileza, com muita cordialidade. E eu peço, mais uma vez, Sr. Presidente, para repetir a resposta. Existe grupo de extermínio em Sergipe?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - V.Exa. vai ficar a par da entrevista que eu dei, na partida, no aeroporto de Aracaju. Com relação ao objeto da investigação, *“é um total gasto de dinheiro público a minha ida a Brasília”* — disse — *“porque eu não tenho a declarar com relação a isso”*. Eu fui, e eu acho que o Dr. Marcos também, convocado a prestar depoimento aqui em relação a vários outros fatos que foram ventilados, que eu não vou dizer que não são também de importância, mas que não têm relação com o objeto da investigação. E eu disse lá, claramente: *“A minha ida a Brasília”*... Eu acredito, mas o Dr. Luiz Couto, V.Exa. que me questionou, me explicou outras razões da minha vinda aqui, mas eu creditei, eu achei que minha vinda aqui era por causa de mais aquelas presepadas do nosso Deputado, de Aracaju, que eu disse lá na saída. E disse por vários motivos. Eu digo: *“Ele gosta de aparecer, mas eu não gosto”*. Mas ele faz com que eu apareça, mesmo sem querer. Hoje, estava lá no aeroporto todo mundo me perguntando sobre extermínio. Eu digo: *“O que é que eu tenho para falar sobre extermínio? Nada. Estou*



indo a Brasília para falar nada sobre extermínio". Agora, com relação a todos os episódios envolvendo a Delegada Meire eu posso falar, porque ela me contou. Isso aí eu posso falar. Vivenciei junto com ela, fui uma pessoa a quem ela confidenciou. Mas eu acho que isso não tem relação, realmente, com a pauta da CPI.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Eu quero agradecer a V.Sa. e quero fazer uma pergunta ao Relator, Dr. Luiz Couto. Eu quero uma orientação de V.Exa. Veja, o objeto da Comissão é este: se há grupo de extermínio e milícia privada no Estado de Sergipe. Eu quero saber se é interesse da Comissão investigar outro tema, outro assunto que não seja objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu faço essa pergunta a V.Exa., porque aí eu vou saber se mudo as minhas perguntas. Eu quero apenas uma orientação. *(pausa)* Eu quero uma orientação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu falo depois. Não sou obrigado a responder a isso agora.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, eu ainda não concluí. Então, o senhor vai falar depois de mim. Eu quero agradecer ao Delegado Sérgio Ricardo pela gentileza de responder à pergunta e dizer que estou satisfeito com as duas respostas. Para mim basta, são suficientes. O Delegado Sérgio Ricardo é um profissional competente, profissional sério da polícia sergipana, e eu acho que as duas respostas que ele proferiu aqui são suficientes para o objeto da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Qualquer outro tema certamente está fugindo do objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu quero apenas que fique registrado, consignado em ata, nos Anais desta Comissão, as respostas que foram dadas aqui pelo delegado em relação a esses 2 questionamentos. Eu perguntei se existiam grupos de extermínio em Sergipe. Ele foi taxativo, dizendo que não. Perguntei se existem milícias privadas em Sergipe. Ele foi taxativo, dizendo que não. Outros temas podem até ser comentados aqui, podem até ser ditos, agora, eu acho que o objeto da Comissão se restringe a grupos de extermínio e milícias privadas. Portanto, eu poderia tratar de outros temas. O Relator não quer me orientar sobre o assunto, e eu realmente estou perdido aqui nesta Comissão, porque eu pensei que a Comissão era para tratar de grupos de extermínio e milícias privadas. Se pode sair desse tema, eu gostaria de saber até que limite posso ir. Se posso tratar de atentado



violento ao pudor, de estupro, de homicídio. Eu quero saber o que é que eu posso. Sem essa orientação, fica difícil de se trabalhar. Porque nós estamos aqui, aqui está o requerimento: *“Requer que seja realizada audiência pública para ouvir, na qualidade de testemunhas, os Srs. Sérgio Ricardo e Marcos Prado, ambos Delegados da Polícia Civil do Estado de Sergipe, a fim de trazerem esclarecimentos sobre casos de ações de grupos de extermínio e milícias privadas ocorridos naquele Estado”*. Então, se é só isso, eu estou satisfeito com as respostas que me foram dadas. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, o Deputado Mendonça Prado fez essa mesma pergunta ao Deputado Gilmar Carvalho. E nós estamos vendo, pelo depoimento do Delegado Sérgio Ricardo, que a concepção que ele tem — e ele disse, na Polícia Civil, na polícia que ele representa, ou seja, ele fala isso aqui... Agora, pelas informações que nós temos aqui, da polícia, pelo relatório inclusive do delegado, está aqui: formação de quadrilha para matar um Deputado. Isso não é grupo de extermínio? Aí, é uma compreensão diferente. De fato, o Deputado tem todo o direito de querer dizer que não existe. Agora, os fatos vão revelar a existência, sim, de grupos de extermínio. Quem matou Jeová, quem matou Joaldo Barbosa, Carlos Gato e tantos outros foi quem? Uma sombra? Alguém, um grupamento encarregado ou para ter poder político, ou então para ganhar, ou então poder financeiro ou econômico. É o caso lá que aconteceu em... Mas eu vou continuar a pergunta ao Dr. Ricardo, que foi intimado para responder como testemunha. A Delegada Meire — e é em cima das declarações que estamos colocando aqui, da declaração da Dra. Meire e do Gilmar Carvalho, que ele já colocou uma série de coisas —, a Delegada Meire, em declarações tomadas a termo na Superintendência Regional da Polícia Federal de Sergipe, ainda nas declarações, disse, em 23 de junho de 2003, em um almoço, que teria tido aquele contato lá e que o promotor teria sido comunicado, porque não teria para que alertasse sobre o pedido de liberdade provisória do Floro e que retivesse o processo. Mas o que interessa para mim, agora, é o seguinte: essa mesma delegada afirmou, naquela mesma ocasião, que *“o tenente-coronel Yunes recebeu ligação telefônica do Delegado João Eloy, Diretor do Centro de Operações Policiais Especiais, informando que o Dr. Flamarion D’ávila o teria cientificado de que fatos*



estranhos estariam acontecendo nas dependências da 1ª Delegacia Metropolitana: transferência de outro preso que ali estava recolhido junto com Floro Calheiros e a liberação dos policiais plantonistas, 2 dos problemas para a eliminação de Floro naquela delegacia. Porque o tenente-coronel Yunes fez um gesto utilizado nos meios policiais para indicar que havia pintado sujeira. A Dra. Teonice sugeriu que, se houvesse questionamento, fosse dito que fora recebida uma mensagem pelo disque-denúncia informando de uma tentativa de resgate de Floro, justificando a liberação dos plantonistas pela falta de treinamento deles para o enfrentamento de bandos armados. Que, 2 dias depois, estando o Dr. Luiz Mendonça fora do Estado, o tenente-coronel Yunes e a Dra. Teonice, reunidos no gabinete da Superintendência da Polícia Civil, resolveram não mais compactuar nos planos do Secretário". A Delegada Meire confirmou isso na conversa que teve com o senhor?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também. E ela tomou conhecimento, através do dele... o senhor tomou conhecimento...

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Desses episódios de tirada de plantonista...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - ... de transferência de preso, eu tomei conhecimento como eu disse: como Chefe de Polícia da Capital, essas informações chegavam para mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Através do Delegado João Eloy?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Com o João Eloy eu não tive conversa nenhuma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nem com o Flamarion?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Eram pessoas, policiais que chegavam lá e diziam — quem passava pela primeira —, e diziam que a coisa estava estranha, porque não tinha policiais suficientes no período noturno e que tinha havido transferência de presos das celas vizinhas. Esses fatos estranhei



também. São fatos estranhos que a gente não pode deixar de consignar, que só fazem reforçar o depoimento da colega.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ao final das suas declarações, a Delegada Meire afirmou que Floro Calheiros havia lhe contado que o Dr. Luiz Mendonça planejava matá-lo, porque ele possuía um dossiê sobre as falcatruas cometidas por aquela autoridade, quando esteve a interventora no Município de Canindé do São Francisco, de cuja Prefeitura ainda hoje receberia dinheiro. Também o senhor ouviu isso da Dra. Meire?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Eu não me recordo se essa parte eu ouvi da Dra. Meire, porque isso aí foi de conhecimento público, de imprensa, de matérias de jornais na semana. Essa conversa desse suposto dossiê aí foi ventilada depois.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor tem conhecimento de que o Tribunal de Contas do Estado chegou a realizar uma auditoria nas contas daquele Município?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - O Tribunal de Contas do Estado? Eu tenho conhecimento de que foi feita essa auditoria, agora... e também tive conhecimento de que existia de fato esse dossiê do Ricardo Floro. Se esse dossiê era o temor, era o medo que tinha do Dr. Luiz Mendonça, aí eu não posso afirmar nada. Eu não sei nem o teor desse dossiê. Nunca cheguei nem a conversar com ninguém sobre o conteúdo. Mas eram fatos que diziam respeito à investigação feita pelo Ministério Público com relação a improbidade administrativa naquela época da gestão de Genivaldo Galindo, lá em Canindé, onde houve a intervenção do Ministério Público, onde o Dr. Luiz Mendonça foi um dos Promotores que participaram daquela investigação. Aí eu posso acrescentar que eu não me recordo se eu ouvi isso da Dra. Meire. Agora, eu acho que foi até pela imprensa mesmo que saiu, que foi muito divulgada a existência desse dossiê.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso da morte do ex-Delegado José Edvaldson Júnior, encontrado morto em um motel, ou seja, há uma versão de que ele teria cometido suicídio, há outra versão de que ele teria sido assassinado. Ou seja, o senhor teria alguma coisa a comentar sobre esse fato aí?



O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Bom, pelo comportamento dele, pelos últimos dias, que ninguém achava nem esperava que ele fosse cometer aquele ato, mas depois, conversando com o advogado dele, com pessoas próximas a ele, disse que 2 coisas fizeram com que ele começasse a tomar antidepressivos e entrasse numa depressão profunda, que poderia ter levado ele a se suicidar. Primeiro, a divulgação da foto dele no *CINFORME* como no meio da quadrilha, os policiais de um lado e ele no meio; que o advogado disse que ele andava com o jornal para cima e para baixo, completamente arrasado. Júnior foi morto moralmente, primeiro. Moralmente. Disse que chorava quando olhava a foto que andava debaixo do braço e começou a tomar depressivo depois disso. E outro foi no dia que ele foi convocado na Superintendência, onde tomaram a carteira e a arma dele. E ali foi outro choque. E eu acho que isso é totalmente compreensível, que talvez a pior coisa que pode acontecer a um policial é ter seu distintivo e sua arma tomados. Aí, ele foi colocado na Corregedoria. Então, conversando com o advogado dele, depois — tive uma conversa informal —, ele me disse que Júnior, da forma como se encontrava, poderia e tinha tudo para ter sido um suicídio. E eu acredito, eu quero acreditar que tenha sido um suicídio. Essa hipótese que surgiu depois de que ele teria sido morto, encontrado morto no motel, é uma coisa que, primeiro, se surgiu a história, tem que ser investigada. Inclusive tem um laudo que foi feito na polícia baiana, que pediram para ser feito novo laudo cadavérico lá no local e tudo, depois que surgiu essa conversa de que ele poderia ter sido morto. Eu, particularmente, não acredito, porque a depressão em que ele entrou — e eu achei, conversando com o Dr. Marcos aqui, que se ele tivesse procurado a mim e tivesse procurado o Dr. Marcos, a gente poderia até... Da forma como a Dra. Meire procurou — fazendo um paralelo. A Dra. Meire procurou, e hoje colocou para mim e para o Dr. Marcos: foi a tábua de salvação dela. Que ela procurou, estava totalmente sozinha, sem crença mais na instituição, pensando todo tipo de besteira, completamente abandonada, bode expiatório na história toda, e o alento que ela teve foi o apoio que nós demos. Talvez, se Júnior tivesse nos procurado, não tivesse acabado dessa forma. O que eu achei completamente absurda foi aquela matéria onde foi colocada a foto dele. E depois, eu, conversando com o Dr. Archimedes — o Dr. Archimedes, não conversei com o Dr. João Eloy —, o Dr. Archimedes disse que não tinha como comprovar a



participação do Júnior em nada. Eu digo: *“Então, ele foi morto primeiro moralmente e depois”*... É como eu disse: foi uma grande perda, porque era um delegado novo, um delegado — cheguei a comandá-lo na Coordenadoria de Polícia Civil do interior — dos mais operacionais, uma pessoa totalmente solícita. Qualquer tipo de investigação, mesmo que não fosse na área dele, ele se colocava para fazer. Foi, durante um período em que fui Coordenador, um dos melhores auxiliares. Tanto que ele, como um delegado dos novos, quando eu comande uma operação na época do Pré-Caju... Nos plantões do Pré-Caju, sempre eu colocava um delegado mais experiente, de primeira classe, e uma das noites do Pré-Caju eu coloquei o Júnior como responsável, como o delegado responsável por uma daquelas noites do Pré-Caju. E ele cumpriu a contento. Então, eu acredito que tem que ser apurado isso aí, essa morte de Júnior, porque está muito, nisso eu posso dizer, está muito obscura a participação dele e a forma como ele morreu. Embora eu acredite que ele tenha se, pelo estado emocional dele, que ele tenha cometido suicídio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na audiência aqui, o Deputado Gilmar Carvalho declarou que 3 semanas antes da sua morte o Delegado Edvalson Júnior lhe teria dito que estava redigindo uma carta, na qual informava que se algo lhe acontecesse, tirando sua vida, o responsável seria o Delegado Luciano Cardoso.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não creio. Eles tinham desavenças, tinham... Aquele negócio que acontece: tinham desavenças de opinião, demonstravam ter aquela antipatia mútua. E talvez, diante daquele quadro... Mas eu tenho certeza de que o Luciano Cardoso não tem nada a ver com isso não. Era uma coisa que... Eles não se davam bem e...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O que ele afirmou é que não se prende o ex-Deputado Antônio Francisco porque não se quer, porque não há interesse de prendê-lo e que não se quer chegar a ele. O senhor o que é que diz dessa informação?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Esse questionamento dele é o questionamento de todo o Estado de Sergipe, de todo o Estado de Sergipe: por que ainda não foi preso? As especulações, os comentários surgem e têm que ser, essa pergunta tem que ser feita não só à Polícia Civil, mas à Polícia Federal, a toda a Polícia.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo, claro. E de que, no caso da fuga do Floro Calheiros, haveria outras pessoas envolvidas que não foram citadas no relatório. Tem conhecimento disso?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Tenho também. É por isso que eu acho que desse crime não se pode dizer, como eu falei até pelo próprio relatório, que está totalmente elucidado. Eu acredito que pelo relatório... o relatório do Delegado que concluiu as investigações é um relatório inconcluso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para concluir, Sr. Presidente: o senhor tomou conhecimento de um dossiê que teria sido encaminhado ao Ministério da Justiça por Floro Calheiros?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Seria esse dossiê que se fala, de Canindé do São Francisco, e eu tomei conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Estou contente, Sr. Presidente, com as informações que foram prestadas pelo Delegado Ricardo.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, pela ordem. Eu posso fazer uma pergunta, se possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Exa. pela ordem.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Aí no relatório do Deputado Gilmar Carvalho, o Deputado disse aqui que V.Exa... que V.Sa., em uma certa oportunidade, recebeu um pedido do ex-Governador Albano Franco para não prender o ex-Prefeito Galindo. Está aí no relatório, que está nas mãos do... Acho que... É o depoimento de Gilmar Carvalho?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Não?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - No depoimento de Gilmar Carvalho. Eu pergunto a V.Sa.: o ex-Governador Albano Franco pediu a V.Sa. para não prender Galindo?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Nunca. É por isso que eu digo que o depoimento prestado aqui pelo Deputado Gilmar Carvalho é uma aberração, só tem mentiras, só tem inverdades.



O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Então, o senhor acha que o depoimento do Deputado Gilmar Carvalho é um depoimento mentiroso?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Totalmente, só para aparecer. É o que ele sempre foi. Por isso é que eu digo: espero que nunca os senhores o tenham como colega aqui, nesta Casa.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Se o senhor fosse Deputado, o senhor levaria em conta o depoimento do Deputado Gilmar Carvalho nesta Comissão?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Nunca. E vou dizer... O que aconteceu no episódio do Dr. Albano Franco foi o seguinte: como eu estava investigando o Galindo, na época, e tinha notícia de que ele tinha 7 ou 6 policiais militares à disposição dele, fazendo a segurança dele, eu o questionei numa festa de confraternização. Na saída, eu cheguei para o Dr. Albano e disse: *“Dr. Albano, me responda o seguinte, veja a minha situação: eu sou o delegado que estou investigando o Prefeito Genivaldo Galindo. Já pedi a temporária, estou praticamente com o pedido de preventiva pronto. Como é que o senhor me explica o fato de o Prefeito Genivaldo Galindo ter 7 seguranças policiais militares, e que — caso saia essa prisão preventiva, o encarregado de prender vai ser eu, com minha equipe —, se eu não prever que possa haver um confronto entre os seguranças dele, que são policiais, e muito mais armados do que a minha equipe, com FAL, metralhadora e tudo”*. Ele reconheceu e disse: *“Eu vou consertar essa situação”*. Foi isso que ele disse. É por isso que eu digo: Gilmar Carvalho... é tudo mentira, inverdade. Ele não conhece fatos, simplesmente ele joga. O costume dele é jogar, jogar as coisas sem nenhum tipo de coerência, sem nenhum tipo de cuidado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Muito obrigado. Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Gostaria... Esta Presidência gostaria de solicitar à Taquigrafia, em virtude também de a Presidência não ter comunicado ao Delegado Sérgio Ricardo, que... na verdade, o Delegado citou algumas palavras, no caso do Deputado Gilmar Carvalho: *“falta de caráter”*. Ele, como Parlamentar, na Comissão, não pode ser tratado... Espero a compreensão de V.Exa., mas a Presidência solicita que retire essas palavras da Taquigrafia. Eu



gostaria de agradecer ao Delegado Sérgio Ricardo e, ao mesmo tempo, Deputado Mendonça, dizer a V.Exa. o que já disse em outras oportunidades: eu, como Presidente desta Comissão, jamais irei direcionar os trabalhos da CPI para nenhum lado político. Eu estou me comportando, como Presidente, como magistrado da Comissão. Essa é a minha obrigação, como Presidente. Entendo perfeitamente das preocupações de V.Exa. E todos nós gostaríamos — eu, V.Exa., o Deputado João Fontes, o Deputado Luiz Couto, o Deputado José Carlos Araújo — que em nenhum Estado existisse crime. Agora, Deputado Mendonça, querer registrar, como V.Exa., onde o Delegado Sérgio Ricardo registrou aqui, na Comissão, que existia... a Delegada Meire... um planejamento para o envenenamento, ou assassinato, de um preso na delegacia, onde foi morto um Deputado, o Deputado Geraldo Barbosa... Até agora, existem presos, mas não existem esclarecimentos, ainda. A sociedade cobra isso. Existiu a fuga... fugiu o Jeová. O Jeová aparece morto lá, na cidade de Nossa Senhora das Dores. Então, isso aí é participação de grupo de extermínio, sim. Não se descobriu, mas a verdade tem que ser dita. Eu não estou aqui querendo incriminar “a” ou “b”. Pelo contrário, eu acho que a Justiça, a Polícia é que têm por obrigação esclarecer esses fatos à sociedade. Agora, a Comissão, que já ouviu aqui várias pessoas, da Bahia ao Rio Grande do Norte, tem por obrigação de, quando alguém é citado aqui, convidar ou convocar para prestar depoimento na Comissão. Isso eu quero deixar registrado nesta tarde, início da noite de hoje.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, o senhor me dá 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Sem dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - O senhor tem sido sempre tão generoso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Quantas vezes V.Exa. precise. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Eu quero informar a V.Exa. que eu não tenho nenhuma preocupação, não. Eu estou aqui para trabalhar, eu estou aqui para que as determinações que sejam dadas pela Presidência e pelo Relator... Eu estou aqui à disposição da Comissão para trabalhar, investigar, apurar. Essa história de o senhor dizer que eu tenho algum tipo de preocupação, pode ficar



tranquilo, não tenho... O senhor pode requerer quem o senhor achar conveniente requerer, convocar. Eu estou aqui à sua disposição. Apenas perguntei qual o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito. E o que me respondeu o ilustre convidado da tarde de hoje é que no Estado de Sergipe, e isso me deixa feliz e satisfeito, como representante do Estado de Sergipe, é que no meu Estado não tem grupo de extermínio. Ele é um integrante da polícia, um delegado de carreira, portanto, uma pessoa que fala com total independência, ele está afirmando aqui, como afirmou a Dra. Meire Mansuet, de que no Estado de Sergipe não há grupo de extermínio, que no Estado de Sergipe não há milícia privada. Investigar, pode ficar à vontade, porque eu não tenho nenhum tipo de preocupação. V.Exa. pode convocar quem V.Exa. achar necessário. Nós estamos aqui para investigar. Em nenhum momento eu votei contra qualquer tipo de requerimento. Está aqui uma ata da sessão anterior. Inclusive, eu quero me relatar a ela, porque no Estado de Sergipe disseram, esta semana, que eu votei contra os requerimentos. Está aqui a ata. Foi um pedido do próprio Relator, se não me falha a memória, e de V.Exa. para a transferência da votação para o dia de amanhã. E eu estou aqui para votar, para trabalhar. Agora, eu quero me restringir ao que o objeto da Comissão determina. Eu não posso falar aqui fugindo do objeto da Comissão, que é este. Só se houver alguma orientação nova. Eu estou aqui também para ouvir a orientação, pedir a orientação de V.Exa. Se V.Exa. me der uma orientação no sentido diferente, eu quero seguir a orientação de V.Exa., porque eu respeito a administração dos trabalhos que tem sido feita por V.Exa. Então, eu não tenho nenhuma preocupação de ordem política... Sei que V.Exa. não quer nos desgastar, não quer desgastar nenhum grupo político de Sergipe. Eu não tenho essa preocupação. V.Exa. fique muito à vontade em relação ao Deputado Mendonça Prado, porque estou aqui para contribuir com V.Exa. e com o nobre Relator, porque acho que estão fazendo belíssimo trabalho. E a minha participação aqui é uma participação que visa, objetivamente, efetivamente, contribuir com os trabalhos desta Casa. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, só para dizer o seguinte: nós, a partir da audiência que nós ouvimos do Deputado Gilmar Carvalho, que fez uma série de acusações... também da Delegada Meire, do próprio Secretário que aqui esteve... E também, baseado neste depoimento e baseado nos seguintes



documentos, é que eu fiz também os meus questionamentos. Foi um relatório do primeiro Tribunal de Júri da Capital do Estado de Sergipe sobre o fato da morte do Joaldo...

(Não identificado) - Joaldo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Joaldo. Também... outra denúncia que foi feita pelo Ministério Público de Sergipe, está aqui; também uma representação da Promotoria de Justiça da 9ª Vara Criminal de Sergipe, de Aracaju; um termo de interrogatório de Michael Ernandes Santos; um termo de interrogatório de Emílio Santos Nascimento; um termo de declaração que presta a Dra. Mansuet Campos Belfort na Polícia Federal; um relatório da Delegacia Especial de Homicídios, do caso Joaldo Vieira Barbosa, porque aqui fala de formação de quadrilha... formação de quadrilha; e também a pronúncia, também a decisão da Dra. Iolanda Santos Guimarães, Juíza de Direito do Estado de Sergipe. Então, todas as questões foram no sentido de... Eu acho que, agora, o Deputado... o Delegado Sérgio Ricardo entende o porquê da sua convocação. Ou seja, é preciso que as coisas sejam ditas e que haja o contraditório. É nesse sentido que a CPI inquirir. Para nós, interessa a verdade, interessa a verdade.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Eu entendo perfeitamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E é isso que nós queremos continuar investigando. No final, o relatório vai dizer ou não, vai ser em cima dos fatos. Então, para nós, agora não interessa que nós tenhamos que fazer um juízo de valor. Queremos investigar, queremos verificar as contradições que possam existir entre um depoimento e outro. Aí, sim, interessa para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. convidados. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero dar satisfação. É que foi convidado, na última quinta-feira, o Secretário de Segurança Pública do Estado, do meu Estado, o Estado da Bahia, o general Edson Sá Rocha, que... Eu estava viajando na quinta, na sexta recebeu o comunicado e, me parece, entrou em contato com V.Exa., dizendo que tinha muito... O tempo era muito pequeno, que ele tinha, inclusive, outros compromissos, pedindo para que V.Exa. agendasse uma outra



data, e não a data de hoje. Eu acho que isso é procedente, e V.Exa., parece, já determinou a próxima terça-feira, e ele estará aqui presente para dar os devidos esclarecimentos para V.Exa. e o que esta Comissão quiser saber sobre a Bahia. Em segundo lugar, Sr. Presidente, duas coisas nós temos que deixar claro aqui: nós não podemos confundir grupo de extermínio com crime de mando, ou com crime comum. Essas coisas é que nós precisamos deixar claras. Primeiro, aí, vai a minha primeira pergunta... Eu estou fazendo os primeiros preâmbulos para perguntar ao Dr. Sérgio Ricardo Leite Barbosa, que é Delegado de Polícia, portanto conhece muito mais dessas coisas do que eu, o que ele entende por grupo de extermínio. Qual é a diferença entre grupo de extermínio e crime de mando, pessoas que... E até esse pessoal que se fala, através dos jornais, que tem exatamente a incumbência de fazer crimes... crimes de encomenda. Era isso que eu queria de V.Exa., no primeiro momento.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Desde o início aqui ficou... Eu não entendi bem, o Dr. Luiz Couto falou... Eu entendo por grupo de extermínio aquele conjunto de pessoas que tem como função, seja por qualquer motivo, qualquer motivo, eliminar pessoas de forma, inclusive, seqüencial, por algum motivo. Um fato de um crime isolado, um crime político, como foi o do Deputado Joaldo Barbosa, e de outros que ocorreram no Estado de Sergipe, que não tiveram conexões entre as pessoas que participaram daquele crime com o outro crime. Por isso que quando eu falo que a Polícia Civil de Sergipe — e falo Civil... falo representando a minha polícia, que não tem participação disso —, que não tem policiais civis sergipanos, nem delegados, envolvidos nesse tipo de... como se fosse... com o fim determinado, por exemplo, de eliminar delinqüentes, de eliminar ladrões de carga, de eliminar ladrões de gado, de eliminar isso.. Não existe isso. Então, está havendo uma confusão aí. Um crime, por exemplo... Vamos supor que o crime do Joaldo Barbosa, como foi apurado, teve conotação política, servindo a interesses políticos, desempenhado e executado por determinadas pessoas que participaram daquele crime, por dinheiro ou qualquer outro motivo, são policiais. Foram punidos, vão ser julgados — como é que se pode estender isso até dizer que na polícia de Sergipe existem grupos de extermínio, se não há conexão entre aquele crime e outro crime lá, conexão que eu digo inclusive de autores? Então, não existe.



São fatos isolados que ocorrem e que são, na grande maioria das vezes, apurados: pessoas são presas, punidas, sejam que for, policiais militares ou civis, mas isolados. Então, quando se estende para grupo de extermínio, eu nego e vou negar sempre: não existe na polícia de Sergipe, pelo menos na que eu represento, grupo de extermínio. Nesse ponto, eu desafio a que digam que determinado delegado, determinado agente está inserido nesses grupos, visando... Pronto, vamos dar um exemplo de extermínio que ocorreu em São Paulo na época da Rota, que foi tema do livro *Rota 66*: eles saíam às ruas com determinadas missões, extrapolavam — e isso não sou eu que estou falando, quem leu *Rota 66*... Como ocorreu no movimento contra o movimento considerado subversivo da Esquerda brasileira: existiam milícias apoiadas inclusive por empresários e setores da polícia com a determinação de exterminar os “subversivos” — entre aspas. Isso é que acho que são grupos de extermínio. Agora, fatos isolados que realmente mancham a imagem de uma instituição, da Polícia... Mas não podem ser generalizados, porque, para se falar de grupo, tem de se identificar quais são os grupos e quais os crimes que cometeram. Um grupo se reúne, é pago, comete um crime; é apurado o crime, eles são presos, punidos, processados; dali a um ou 2 anos, outro crime de mando, generalizar e falar que a Polícia Civil de Sergipe tem grupos de extermínio, não, não concordo com isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Dr. Sérgio, entendi. Também tenho esse entendimento, mas uma outra pergunta eu lhe faria: foi constatado de algum tempo... Quantos anos o senhor tem de polícia?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Eu entrei na Polícia com praticamente 19, 20 anos, como estagiário. Fiz carreira na Polícia; entrei como detetive — foi meu primeiro emprego e meu único emprego — e depois investigador, delegado... É a razão de minha profissional; sou praticamente um policial; não um delegado, mas um policial de carreira, porque comecei como detetive, investigador e cheguei a delegado de polícia. Então, eu falo com conhecimento de causa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor tem quantos anos de serviço público?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Vinte anos.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nesses 20 anos de serviço público, V.Sa. viu em Sergipe... O senhor tem conhecimento de que policiais foram punidos por se envolver em crimes desse tipo, que enveredaram pelo crime policial, que foram punidos e expulsos da Polícia Civil de Sergipe?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Vários casos. Vou dizer agora um exemplo. Há alguns anos atrás, houve a morte de menores, que causou repercussão internacional...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - De quantos menores?

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Não me lembro se foram 3 ou 4 menores. Um ato insano de policiais que até hoje estão presos — todos foram presos, punidos, especificamente quem participou ali foi punido. Outro caso, envolvendo policial que se encontra preso, Jorge Sousa, também preso, até hoje está na penitenciária de Glória — também fato isolado. Então, acredito que foram crimes praticados, apurados, e as pessoas responsáveis, punidas. Dei 2 exemplos; se analisarmos qual a conexão de autoria de um com o outro, não tem: quem praticou o crime dos menores foi aquele elemento, quem praticou o crime vários anos depois foi outro elemento, punido. Então, não há uma seqüência, uma atitude assim... como se diz... uma ação determinada, planejada, como no exemplo que eu citei do movimento, na época da ditadura, do DOI-CODI, do DOPS, do movimento do *Rota 66*... Ali se podem chamar de grupos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O crime da Cinelândia foi praticado por um grupo de extermínio. Policiais praticaram um crime exterminando 12 ou 15 pessoas, não é isso? Então, o senhor diz que a Polícia de Sergipe rechaça veementemente a idéia de ter grupos de extermínio em sua polícia, e que, nos casos isolados que houve com policiais envolvidos, esses policiais foram veementemente punidos.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Identificados, punidos, e muitos deles estão na cadeia até hoje.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O.k. Eu me dou por satisfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Temos ainda o Delegado Marco para ouvir. No relatório do Delegado do caso Joaldo Vieira Barbosa, ele fala de crimes do rol dos insolúveis. Ou seja, na realidade a compreensão... Vou mandar para o



senhor o que a Organização das Nações Unidas considera como crime de extermínio, execução sumária e afins, o que caracteriza, bem como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos também, que foi reconhecida inclusive pelo Brasil. Eu vou mandar para o senhor e, depois que tiver lido o documento, o senhor vai ter uma compreensão melhor do que...

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Perdão, quanto a extermínio e grupo, um exemplo: uma pessoa isolada, um assassino serial que extermina 15, 20 pessoa, ele é um exterminador, ele é uma pessoa isolada, como um *serial killer*, por exemplo. Agora, falar em grupo significa a reunião freqüente daquele determinado grupo de pessoas, com o intuito deliberado de praticar crimes com um objetivo. Eu entendo isso, porque extermínio, por exemplo, um genocídio, por exemplo, como foi o caso dos 4 menores mortos numa operação irresponsável, aí daí se falar em grupo de extermínio há uma distância muito grande — é questão de entendimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por exemplo: assassinato de caminhoneiros em Itabaiana, em Sergipe, é um sumiço que aconteceu onde nada foi apurado. Ou seja, a própria Secretaria de Segurança Pública informou, recentemente, ter prendido um indivíduo que assumiu a morte de 5 pessoas, autodenominando-se de justiceiro. Ou seja, na realidade, o agrupamento tem apontadores, ele não executa mas tem uma organização. Mas sobre isso conversamos depois. O interesse agora é apenas as informações que V.Sa. trouxe, inclusive mostrando o seu lado, e é bom que depois possamos confrontá-lo.

O SR. SÉRGIO RICARDO LEITE BARBOSA - Compreendo. Quis apenas responder o que achava...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A Comissão agradece ao Sr. Sérgio Ricardo a participação. Tenho certeza de que a vinda de V.Sa. a esta Comissão, sem dúvida alguma, contribuiu muito para o relatório final. V.Sa., em sua exposição, falou sobre a despesa com a passagem para a vinda de V.Sa. como um dinheiro mais ou menos desperdiçado, jogado fora. Tenha certeza de que não, porque o que V.Sa. falou, tenho certeza absoluta, para o relatório da Comissão, é muito importante. Sobre o Deputado José Carlos Araújo, que fez uso da palavra, o Sr. Secretário de Segurança da Bahia nos ligou, falei ao telefone com ele, que disse



das dificuldades, mas, como se tratava de um convite, sem nenhum problema ele vem se quiser, quando puder vir. Está de parabéns a Bahia pela maneira como ele falou conosco ao telefone — um cidadão muito educado. Afinal de contas, tenho certeza de que um Estado da importância da Bahia não poderia deixar de ter um Secretário de Segurança de máxima educação, como o que está exercendo aquela Pasta no Estado da Bahia. Agradecendo a presença do Delegado Sérgio Ricardo, suspendo a reunião por alguns minutos para que o Sr. Marco Passos possa fazer a explanação.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - *(Falha na gravação.)* solicita ao Delegado Marco Antônio Soares Passos que tome assento à mesa. Solicito ao Sr. Marco Antônio Soares Passos que preste juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Solicito que todos fiquem de pé para ouvir o juramento. Em conformidade...

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342: *“Fazer afirmação falsa, ouvir ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral: Pena reclusão, de 1 a 3 anos, e multa”*. Com a palavra a testemunha, o Dr. Marco Passos, por até 20 minutos.

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Sr. Presidente, demais membros da Comissão, no atual Governo e com a posse do novo Secretário de Segurança Pública, Dr. Luiz Mendonça, eu fui convidado para ser Diretor da Coordenadoria Geral de Perícias, ficando afastado, praticamente, das ruas, da atividade de delegado em Delegacia. Eu comandava os Institutos de Criminalística, Medicina Legal e Identificação. Causou-me estranheza, em uma sexta-feira, quando eu fui procurado em meu gabinete, na Coordenadoria Geral de Perícias, pelo Delegado Dr. Arquimedes Marques, o qual presidia a investigação do crime de homicídio praticado contra o Deputado Estadual Joaldo Barbosa. Esse delegado era



o Presidente do inquérito e mostrava-se muito preocupado. E em confiança, em amizade que eu tenho, nós nutrimos um pelo outro, ele me reportou as desconfianças que ele possuía sobre a participação da cúpula da SSP na fuga do detento Floro Calheiros. Eu disse que aquilo era muito grave ao colega, e que ele tivesse cuidado nas suas colocações porque ele, como Presidente do inquérito que apurou o assassinato do Deputado, fazendo uma declaração dessas ia colocar toda cúpula da Secretaria de Segurança Pública em maus lençóis. Fato mais grave ainda, Srs. Deputados, é que nesse mesmo dia, por coincidência, aproximadamente meio-dia, entra em meu gabinete o Delegado Abelardo Inácio, que era o atual Corregedor de Polícia. E eu me surpreendi porque nunca recebi aquele visita e ele me disse: Marco, você é uma pessoa que tem muitas informações na Polícia, você é uma pessoa que tem credibilidade, eu queria que você me ajudasse nessas investigações sobre a fuga de Floro Calheiros. Eu estranhei, perguntei por que ele estava ali me procurando, já que eu não tinha, no momento, intimidade nesse caso. E o Corregedor me pediu esse favor. Eu disse que ia investigar, que as informações que eu tinha sobre o caso eram informações da imprensa sobre a fuga, eu não estava trabalhando, não tinha interesse, estava afastado das minhas atividades de delegado. Mas... que eu poderia ajudá-lo desde que houvesse confiança, que não houvesse traição entre colegas naquele momento. E eu disse: mas está acontecendo alguma coisa? Porque há poucos minutos eu fui procurado pelo delegado que presidiu o inquérito da morte da Joaldo e agora vem o corregedor em meu gabinete, e eu afastado, fazer esses questionamentos. Ele disse: *“Não, porque eu estive com o Dr. João Eloy em uma conversa a pouco tempo atrás com o Secretário de Segurança, não gostamos do que ouvimos e há uma suspeita, nós temos uma suspeita”* — isso o Corregedor da Polícia Civil — *sobre a participação do Secretário de Segurança no caso da fuga do Floro*”. Eu estranhei, fiquei preocupado, mas era uma sexta-feira, não tem nada a ver, nos despedimos e tal, eu disse que ia trabalhar, ver se conseguia algumas informações; passei o final de semana realmente preocupado e, na segunda-feira, meu primeiro ato, ao sair da minha residência, foi procurar no Comando de Operações Especiais o Diretor do Comando, que era o Dr. João Eloy, e perguntar se era verdade aquilo que o Dr. Abelardo tinha me dito. E o Dr. João Eloy confirmou que havia essas suspeitas. E insistiu, o Dr.



Eloy, para que eu procurasse a Dra. Meire. Disse-me: *“Vai conversar com a Dra. Meire, ela tem respeito pelo senhor, tem muito carinho pelo senhor, converse com ela. Você, Marco, é um dos mais antigos e tal”*. E me forçando, me pedindo que eu conversasse com a Delegada Dra. Meire. À tarde, eu já estava começando a me envolver nessa investigação, com a preocupação, fui à Polícia Federal e procurei o Dr. Quércio Pinto, Superintendente da Polícia Federal em Sergipe, contei o que estava se passando, que estava realmente assustado com aquilo tudo, apesar de não dizer respeito a mim, mas se o Dr. Quércio Pinto sabia de alguma coisa. Ele disse: *“Olha, Marco, esses comentários eu já ouvi”*. Eu disse: *“Olha, é porque o Dr. Eloy insistiu que eu conversasse com a Dra. Meire”*. Ele disse: *“Vá, faça isso”*. Eu passei alguns dias tentando conversar com a Dra. Meire e não conseguia êxito. Uma tarde eu liguei para o celular da Dra. Meire e ela resolveu falar comigo. Eu a convidei para jantar comigo. E, na Secretaria, a primeira pessoa que eu encontrei foi um delegado, que eu não queira ir só conversar com Meire, o Dr. Sérgio Ricardo, que ia passando por coincidência, eu o peguei: *“Sérgio, vamos aqui comigo ouvir uma história com a Dra. Meire”*. E fomos para um restaurante chamado Paiol, lá em Aracaju, e nesse restaurante logo, logo — assim que chegamos a Meire já estava lá —, depois de muita conversa, ela sem querer se abrir começa a chorar, entra em uma crise de choro e começa a nos relatar aqueles fatos que ela já disse aqui, de que todos têm conhecimento, de toda aquela trama urdida para o assassinato do Floro Calheiros. Eu fiquei boquiaberto, fiquei preocupado, o clima ficou péssimo e disse a ela que iria ver uma maneira de ajudá-la. Por quê? Porque o próprio Dr. Abelardo, sabendo do caso, ficava com ameaças contra ela de que ia pedir a prisão preventiva dela, tudo mais, e que a gente via ali toda uma armação para dirigir toda a fuga para a responsabilidade daquela delegada. Naquele momento, um momento grave, eu tive que pensar muito e no outro dia procurei o Dr. Arquimedes, sentamos em um restaurante popular em Aracaju, todo mundo conhece, chamado João do Alho. E nesse momento eu liguei para o Dr. Quércio Pinto e ele veio almoçar com a gente. E nesse almoço eu contei novamente tudo que a Dra. Meire me contou. Quércio, o Superintendente da Polícia Federal, ficou alarmado com todos aqueles detalhes da trama da morte e disse: *“Quércio, como é que a gente age? Porque eu tenho até medo de que essa garota, essa delegada venha a ser assassinada? Isso*



está tomando uma dimensão muito grande, e o que se faz?" Quer dizer, eu fiquei com uma responsabilidade na minhas mãos, naquele momento, terrível. Eu disse: *"Quércio, você não quer, como Superintendente da Polícia Federal, ouvir a delegada?"* Ele disse: *"Se ela quiser prestar umas declarações à Polícia Federal"*. Eu disse que achava bom, porque eu não confio na Corregedoria da Polícia Civil, da minha Polícia. *"Então, só tem um meio: eu acho que é puxar um pouco a responsabilidade para a Polícia Federal, pelo menos a gente garante a integridade da delegada"*. E foi feito. Eu fiz um contato com a Dra. Meire. Dra. Meire compareceu já, no período da noite, nesse restaurante com o advogado dela. Acertou um horário para ser ouvida com o Dr. Quércio. O Dr. Quércio retornou, foi para a Polícia Federal, retornou. No outro dia eu fui surpreendido pelo radialista e Deputado Gilmar Carvalho, de manhã cedo no rádio, dizendo já que um complô de delegados estava tramando a derrubada do Secretário e a desarmonia dentro da Secretaria. Aquilo ali me doeu muito, porque quem conhece a minha trajetória dentro da Polícia Civil de Sergipe sabe que tenho 23 anos de polícia, jamais respondi nesses 23 anos a um inquérito administrativo, nem nunca respondi a um inquérito policial na Justiça. Fiquei contrariado e, num ato até impensado meu, rebati. Liguei para a emissora de rádio e rebati naquele momento, dizendo que não havia um complô, que nós não nos reunimos e não foi complô. Quem é que vai fazer complô num restaurante popular que todo mundo conhece? E quem estava presente era eu, o Delegado Dr. Arquimedes Marques e o Superintendente da Polícia Federal, onde fizemos com que a Dra. Meire contasse — e em depoimento futuro à Polícia Federal iria contar — alguns acontecimentos graves que estavam ocorrendo na Secretaria. Isso gerou uma crise enorme na Secretaria. Eu me vi no meio de um turbilhão. O Deputado Gilmar Carvalho começou a usar a emissora de rádio, como se aquilo fosse um complô armado para desestabilizar até o Governo do Estado. E começaram as perseguições, as ameaças. Eu tive que passar a andar armado com metralhadora diariamente no banco dianteiro do meu carro. Começaram as pressões em cima da Delegada Meire, chegaram a levar a Delegada Meire para apartamentos. E a presença do Secretário de Segurança Pública o forçando a mudar o depoimento na Polícia Federal. E eu me vi tomado naquele momento... sendo amigo do Governador, tendo trabalhado na campanha para o Governador, não tive acesso em



momento nenhum, as portas foram fechadas, só valia a palavra do Secretário. Tentei fazer contatos com algumas lideranças de Governo, não nos deixaram. E ficou um clima terrível. E sempre a imprensa, através do Deputado Gilmar Carvalho, colocando como se fosse uma armação dos delegados. Eu aqui tenho a grandeza de dizer que, em momento nenhum, foi uma coisa direcionada, eu não tinha intenção, inclusive o Dr. Luiz Mendonça era meu amigo particular. Nunca tive problema com o Dr. Luiz Mendonça. Mas me vi tomado nesse processo, ameaças e tudo mais, onde o Corregedor Abelardo, com pressões e promessas do Secretário começou a dizer que, uma vez falando comigo, ele disse: *“Não ficarei com vocês, porque o Governo prefere ficar com o Secretário e não vai ser eu que vou ficar contra o Secretário”*. E continuou. E nós perdemos toda aquela posição que tínhamos e foram esses fatos gerados. O Secretário consegue, junto ao Governador, afastar qualquer contato nosso. Eu estive na residência, teve uma noite onde chegaram a levar a delegada para uma residência e pressões em cima da delegada, a delegada sob efeito de Lexotan e tudo mais. E nessa noite, em desespero, a gente não sabia o que podia acontecer, porque as pressões eram muito grandes, eu procurei o Secretário de Comunicação do Governo, Carlos Batalha, fui à residência do Carlos Batalha, eu e o Dr. Sérgio Ricardo, contamos da nossa preocupação e do que estava havendo, que alguém que tinha que tomar aquela crise nas mãos para resolver aquele problema, porque alguma coisa pior poderia acontecer. O Secretário Carlos Batalha ficou preocupado, disse para gente que ia ter uma conversa com o Governador, ia levar o caso ao Governador. No domingo, pela manhã, o Deputado Gilmar Carvalho fazendo algumas pressões para conversar comigo; no domingo pela manhã eu liguei para o filho do Governador, pedi a ele que nos botasse em contato com o Governador; não foi possível, o Governador tinha viajado naquele momento e não estava em Sergipe. Então, minha gente, nós tentamos de todas as formas ter um contato com o Governo do Estado, mas o Secretário, junto com o Deputado Gilmar Carvalho, criou uma expectativa na sociedade de um movimento que era um complô dos delegados. Ele não queria saber da verdade ou o que estava acontecendo, apenas culparam os delegados por aquela crise, uma crise que não foi criada por nós, não fomos nós que criamos aquilo. Eu não sabia da fuga, eu não investiguei homicídio de Deputado, eu não trabalhei em nada, apenas fui



procurado por uma delegada, uma colega, a qual fiz com que fosse ouvida pela Polícia Federal. Nesse mesmo domingo, depois da insistência do Deputado Gilmar Carvalho, fui até a residência dele com 2 policiais e lá na residência do Deputado Gilmar Carvalho eu contei tudo. Ele me disse: *“Olha, o Secretário não sai, ele permanece”*. Eu disse: *“Eu não estou preocupado com a saída do Secretário, que eu não tenho nada contra o Secretário”*. *“Ele não sai, ele vai ser Procurador de Justiça, ele vai ser promovido, o Governador vai fazer ele Procurador de Justiça”*. E o mais grave — uma coisa que para mim é imperdoável —: o próprio Deputado disse, naquela mesma sala onde nós estávamos conversamos, que o Dr. Luiz Mendonça tinha contado tudo a ele, certo? E como é que uma pessoa faz um acerto daquele com duas delegadas? Eu saí dali arrasado, sabendo que tinha me prejudicado enormemente com o Governo do Estado, porque me vi num turbilhão, numa coisa que perdi o controle, e fomos adiante. O Secretário é nomeado Procurador de Justiça e o primeiro ato dele foi me convidar ao gabinete dele para me demitir do cargo, né? E nessa reunião comigo e o Secretário, o Secretário diz: *“Marco, você sabe que houve uma quebra de confiança entre nós 2”*. Eu disse: *“Não, não houve quebra de confiança, primeiro, porque não havia essa confiança. E outra coisa, Luiz, eu estou com a verdade. Não fui eu nem os delegados que fizemos essa crise. A responsabilidade dessa crise é sua. Agora, você é poderoso, você hoje é um homem poderoso, você é Procurador, você é Secretário de Segurança, resolva essa crise, por amor de Deus!”* Fiz um pedido ao Secretário: *“Tenha piedade dos inocentes. Não leve para a guilhotina os inocentes, porque se a delegada tinha alguma responsabilidade nisso, a responsabilidade dela ia tanto quanto”* ... E ele disse, aí foi a palavra do Secretário, ele disse: *“Se eu tiver de ter piedade dos inocentes, eu tenho que ter piedade de mim mesmo”*. Eu disse: *“Eu acredito, eu acredito, porque, no meu tempo de polícia, eu já vi pessoas, homens de bem sentarem na cadeira de Secretário e essa cadeira se tornar maldita”*. E dei até o exemplo do nosso querido Dr. Wellington Mangueira, um humanista, o que aconteceu do desgaste que fizeram com aquele homem, inclusive patrocinado até pelo próprio Deputado Gilmar Carvalho. E naquele momento eu disse: *“Eu acredito”*. E tenho quase certeza que o Secretário não queria aquele problema. Aconteceu. E, de lá pra cá fui demitido do cargo, fui colocado numa Delegacia de Delitos de Trânsito, onde permaneço, toda



minha equipe de policiais na época foi afastada de mim, desmancharam o meu cartório, pessoas que me acompanham há muito tempo, equipes de captura, me botaram lá sem direito a viaturas, sem direito a nada. Graças a Deus, hoje nós temos a direção da Polícia Civil nas mãos da Dra. Georlize, uma delegada que pelo menos reparou esses erros, ela me restituiu viaturas, equipes e tudo mais, tem tido um comportamento exemplar e de amigo comigo. E vivo sofrendo em decorrência de todo esse turbilhão onde me vi envolvido. É o que tenho a declarar. Depois, tomei surpresa quando meu nome passa a ser dito na CPI do Extermínio. Que extermínio? O que acontece em Sergipe são crimes. Existem crimes, existe desvio de condutas, tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar, crimes pontuais. Agora, chegar a dizer que Sergipe e as nossas instituições estão contaminadas pelo crime organizado, eu não acredito. Eu tenho 23 anos de Polícia, conheço todas as instituições, não acredito na contaminação das nossas instituições. Existem, sim, alguns crimes pontuais, alguns desvios de conduta. Precisa-se de pulso firme, toda a política de segurança tem que ser repensada da forma que está sendo feita em Sergipe. O modelo nosso de Polícia é complicado. Nós temos uma Polícia Civil onde, até pouco tempo atrás, os delegados eram delegados comissionados. A primeira turma de delegados foi a minha, em 1993, onde eu já era delegado desde 1980, como comissionado, perito criminal. Fiz concurso público e passei, sou o delegado mais antigo da casa, já exerci todos os cargos da minha instituição, Chefe de Polícia, Corregedor, Coordenador. Eu me considero responsável pela construção daquela polícia, porque foi na minha gestão, como Chefe de Polícia, que efetuei concurso público para delegados, escrivães, agentes; dei uma sede própria à Polícia Civil; consegui montar um complexo de Polícia Especializada que a Polícia Civil de Sergipe não tinha; regulamentei toda a academia de polícia. E a gente fica triste por ver que basta uma crise na Secretaria de Segurança Pública, tudo, toda uma vida é colocada nas manchetes como articulador de planos para desestabilizar Governo e Secretário. A gente fica sentido, sem direito à defesa, onde esse mesmo Deputado que ia para o rádio fazer isso como aliado do Secretário, hoje são inimigos e a gente passa a não entender, porque a gente é técnico, não sou político, não sei até onde vão os movimentos políticos das pessoas. E o sofrimento é grande. Eu me vejo impotente, receoso, porque, em 1991, no combate efetivo aos desvios de conduta



da polícia eu tive minha casa alvejada por tiros, não de bandidos, mas bandidos com carteira de polícia. Não quero passar novamente por isso, já com meus cabelos brancos e já com meus filhos adultos. E, Srs. Deputados, me sinto extremamente impotente com todos os fatos que aconteceram na Secretaria de Segurança Pública, constrangido, decepcionado com o modelo de política de segurança que está sendo feito em Sergipe, onde pessoas que realmente deveriam ser investigadas não são investigadas e se privilegiam os desvios de conduta. Para vocês terem uma idéia de todos esses casos que têm acontecido em Sergipe, eu estou trazendo aqui, eu vou deixar aqui com a Comissão recortes de jornais, uma síntese disso que eu falei, recortes de jornais de tudo que a imprensa publicou para dizer que foram os delegados que fizeram um complô. Estão aqui todos os jornais da época, tudo, os pronunciamentos, para que os senhores tenham uma idéia de todo o clima criado em Sergipe. E vejam bem: o que precisa em Sergipe é uma Corregedoria de Polícia forte, talvez até independente; uma política de segurança onde se privilegie a profissionalização da Polícia, onde as polícias não fiquem à mercê do xerife de plantão que assume a cadeira de Secretário, onde essas pessoas apenas estão preocupadas muitas vezes em se autopromoverem e não se preocuparem em formar uma polícia realmente responsável e de qualidade. É o que tenho, neste momento, a dizer aos senhores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero agradecer a presença do Delegado Marco Antônio Soares Passos. Não tem nenhuma acusação da CPI contra o senhor ou ligação. Quer dizer, o senhor foi convidado para que pudesse prestar informações, dar um depoimento dessas coisas que o senhor conhece bem, porque é policial há 23 anos e conhece um pouco, para que a gente possa no final identificar a verdade, que é o que nos interessa. Como sei que o senhor tem pouco tempo, porque às 7h o avião parte, eu vou fazer poucas perguntas, uma vez que também acho que sobre o depoimento da Dra. Meire, ou seja, o Delegado Sérgio Ricardo já nos trouxe a confirmação das duas conversas que teve, uma num restaurante e uma outra também num lugar mais fechado. Mas



eu pergunto o senhor o seguinte: a primeira pessoa que contou o plano de fuga do Floro foi o delegado Abelardo?

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Não foi o plano de fuga. Eu fui procurado num dia por coincidência, primeiramente, pelo Dr. Arquimedes, com uma preocupação, porque ele estava desconfiado de que aquela fuga tinha sido tramada pela cúpula da SSP. Logo após, nesse mesmo dia, o Dr. Abelardo, Corregedor da Polícia, nos procura e faz as mesmas ponderações. Não é que ele acusou da fuga, ele fazia algumas preocupações de que achava que havia alguma coisa no ar que envolvia o Secretário de Segurança naquela fuga.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Outra coisa: o que o senhor sabe sobre a volante do roubo de gado, um grupo de combate ao roubo de gado, um grupo que seria responsável pelo desaparecimento de delinqüentes ligados ao roubo de gado? O senhor tem algum conhecimento sobre isso aí?

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Olha, esse é um fato de muito tempo atrás, acredito mais de 10 anos, aproximadamente 10 anos. Esse período, Deputado, foi um período até negro dentro da história da Polícia de Sergipe. A Polícia Civil, garanto ao senhor, não tem participação nenhuma nisso aí. Eu tenho pouco a falar porque nessa época o Secretário de Segurança Pública era o Dr. Flamarion D'ávila Fontes e o Superintendente da Polícia Civil era o coronel Gildo Mendonça. Eu tinha sofrido um atentado, como eu disse. Eu tinha desbaratado uma quadrilha de ladrões de veículos, aonde dentro dessa quadrilha havia o envolvimento de alguns policiais civis e eu sofri um atentado, tive minha casa metralhada. E tinha tido um problema anterior de um policial ter matado, executado, uns garotos na periferia de Aracaju e eu fui convidado para investigar esse caso, e naquela época eu bati de frente com a direção na época da Polícia Civil, que chamava-se coronel Barreto Mota, e sofri algumas ameaças. Quando o Dr. Flamarion e o coronel Gildo assumiram a Secretaria, no Governo Dr. João, eles viram toda aquela situação que eu estava vivendo, inclusive eu tinha pensado em me afastar da Polícia Civil, eles me convidaram para fazer o Curso Superior de Polícia aqui em Brasília, na Academia de Polícia Civil de Brasília. Eu vim para Brasília, passei quase 6 meses aqui em Brasília na Academia de Polícia Civil, fazendo curso superior de Polícia, e quando voltei de Brasília para Sergipe uma das



gratas satisfações que eu tive, é que a Polícia Civil estava saneada. O coronel Gildo Mendonça e o Dr. Flamarion fizeram dentro da Polícia Civil um trabalho excelente. Havia esses comentários sobre o grupo chamado A Missão, que vivia no interior e tudo mais, combatendo o roubo de gado. Eu não tenho detalhes, informações precisas sobre o caso, o que eu sei é o que foi publicado na época na imprensa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sobre esse caso da volante que combate o roubo de gado, existe um fato que aconteceu mais ou menos há 7 meses, em Frei Paulo, onde 2 rapazes desapareceram. E isso era um Vectra azul, placa fria, que estava fazendo horror no interior do Estado de Sergipe. É essa informação. Ou seja, seriam 3 elementos que estariam comandando essa ação, dessa volante. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Olha, é como eu disse. Nessa época não havia uma crise...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse caso aconteceu mais ou menos há 7 meses, pela informação das pessoas, seria no mês de setembro do ano passado.

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Eu estava nessa época, eu acredito, ainda na Coordenação-Geral de Perícia. Eu não estava como delegado. O que eu sei dessas informações são informações de jornais e a boca miúda dentro da Secretaria, por ouvir dizer, que poderia haver participação de policiais, mas não tenho como afirmar, porque não trabalhei e não investiguei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma outra pergunta para o senhor: e o sumiço dos caminhoneiros no Município de Itabaiana, crimes que, ao que parece, não foram ainda desvendados. O senhor tem algum conhecimento?

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Não, não tenho conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A Delegada Meire Belfort, ela fez referência a um trabalho que ela chama de "limpeza social". "Limpeza social", realizada por alguns setores da Polícia, ela não citou Civil ou Militar, em suas áreas de atuação, ou seja, onde a Polícia estaria fazendo esse trabalho. E ela disse que a Polícia, no período em que ela esteve à frente da Delegacia, aconteceram vários desses assassinatos. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Não.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. E o soldado Israel? Segundo consta, foi morto porque sabia demais. E sobre outras execuções feitas pela Polícia Militar, não Civil, mas Militar, de Sergipe. O senhor tem alguma informação sobre a morte do Israel?

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - O que diz a imprensa, os comentários de tropa e da Polícia é que esse soldado Israel era envolvido com uma série de coisas erradas aí, inclusive ele participou desse grupo dessa volante e tal, agora não o conheço, nunca o vi, não tenho maiores declarações para falar sobre o cabo Israel não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Estou satisfeito, Sr. Presidente, e teria outras questões, mas como tem o tempo e o delegado não pode perder a sua viagem, então repasso para que outros Parlamentares possam fazer suas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado João Fontes.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Delegado Marcos Passos, boa noite.

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Boa noite.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Eu queria que V.Sa., que acompanhou o relatório de apuração de uma Comissão criada na Secretaria de Segurança Pública, que teve à frente o Abelardo Inácio, V.Sa. acha ou acredita que esse relatório reflete a realidade da verdadeira fuga de Floro?

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Não, pra mim o relatório é uma piada, em decorrência de que tudo se sabia. O que houve foi uma promessa, inclusive está na imprensa, de o Dr. Abelardo ser transformado em Chefe de Polícia. E ele mudou toda a opinião dele a respeito da fuga, afastou-se dos colegas, certo?

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - O Delegado Abelardo Inácio tinha, durante toda a investigação, colocado para V.Sa. e para outros delegados o que realmente acontecera perante... que era realmente a verdade do que aconteceu com a fuga de Floro.

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Claro. Nós chegamos a discutir em meu gabinete, da outra vez que ele retornou a meu gabinete. Nós chegamos a discutir qual seria a melhor solução, porque, veja bem, eu não estou



dizendo aqui que a delegada errou ou deixou de errar não. Eu estou dizendo que ela tem responsabilidade. Todo mundo tem sua responsabilidade dentro dos seus atos, entendeu? E chegam até, porque se pedia se falava o quê? Pedia a prisão da delegada, a prisão preventiva da delegada. Falava-se em demissão imediata da delegada. E eu disse que não se atropelasse as coisas, e nós discutimos isso. E o próprio Abelardo era convicto naquele bate-papo com a gente de que, realmente, se fosse para punir a delegada tinha que punir outras pessoas na Secretaria, começava do chefe maior. Então, isso era tratado abertamente entre a gente. De uma hora para outra se muda toda a questão. Quando ele sente que o Secretário puxa para si, certo, toda a responsabilidade, que ninguém tem acesso ao governo do Estado, ninguém pôde dizer na imprensa o que acontecia, foi um rolo compressor enorme em cima gente. Era como se nós fôssemos os marginais. Eu o Dr. Arquimedes e o Dr. Sérgio Ricardo passamos a ser tidos como marginais, por quê? Porque tudo era armação nossa, ninguém queria ouvir a verdade, ninguém queria saber investigar. Por isso que eu digo que o relatório para mim não tem significado.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - V.Sa. confirma que na casa do Deputado Gilmar Carvalho, o Deputado Gilmar Carvalho confirmou ter ouvido a confissão do Secretário de que realmente...

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Havia trama.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Havia trama. O Secretário confirmou isso ao Deputado Gilmar Carvalho?

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Olha, veja bem, eu não posso dizer. O que eu tenho a dizer é que isso foi, certo — não tenho como provar, é a palavra do Deputado contra a minha — estou aberto a uma acareação, ouvi, não posso mentir, não só eu, como os 2 policiais que estavam comigo.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - O senhor disse aqui que foi ao Secretário de Comunicação, Carlos Batalha, dar conhecimento de toda essa trama, e que foi impedido de ter acesso. O Governo do Estado, o Governador do Estado tinha acesso a todas essas informações e não queria os receber, o senhor e os outros delegados.

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Não. Eu não sei se o Governador sabia. Eu acho que o Governador ficou sabendo apenas de uma versão,



certo? Nós não conseguimos chegar. Porque, logo de imediato, quando o Secretário sentiu que a coisa perdeu seu controle, se colocou logo, ele com o Deputado Gilmar Carvalho, colocaram logo no ar como se tudo era um plano urdido. Montou-se um processo de denúncias contra a gente que tudo que acontecia a responsabilidade era nossa, entendeu? Então, não é que eu sei se o Governador sabia ou sabe. Eu não tive como conversar com o Governador. Eu acredito que em muitos fatos foram escondidos do Governador, eu tenho quase certeza disso, pelo que conheço do Dr. João Alves.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Pela experiência que V.Sa. tem, conhecido no Estado de Sergipe como um dos delegados mais experientes e mais competentes, essa apuração desses crimes em Sergipe, que a gente vem lutando há muito tempo para poder esclarecer, Cazuza; o irmão de Carlos Ferreira, jornalista, Cláudio Rotay, em Tobias Barreto; o Vereador Carlos Gato, na cidade de Boquim, e mais recentemente o do Deputado Joaldo Barbosa. Especificamente sobre o Deputado Joaldo Barbosa, V.Sa. pela sua experiência, acredita que esse caso está totalmente elucidado?

O SR. MARCO ANTONIO SOARES PASSOS - Deputado, veja bem: vários desses crimes foram investigados. Vários desses crimes estão com sua autoria definida. A que eu me reporto chama-se fragilidade da Polícia Civil de Sergipe. Nós temos uma Polícia praticamente ainda infantil. Nós temos 18 delegados de carreira, do primeiro concurso, de 1993, e o outro concurso que nós fizemos foi agora já na minha gestão como diretor de Polícia, nós conseguimos fazer o concurso no ano de 2000, com posse em 2001. Então, são jovens, para você ter uma média de idade desses delegados novos, de 24, 25 anos, certo? Nunca tiveram experiência, a maioria deles não tem experiência policial, fizeram concurso, passaram por uma academia e foram para a rua. A experiência de polícia é uma coisa que vem com o tempo, com o amadurecimento, é a rua que vem ensinando. Então, o que acontece na nossa Polícia é uma fragilidade, tanto na investigação, na busca da coleta dessas provas — inadmissível em uma Secretaria de Segurança Pública. Quando aceitei o cargo de ser Coordenador-Geral de Perícias, convidado pelo Dr. Luiz Mendonça, era a transformação da Polícia Técnico Científica. Para vocês terem uma idéia, Sergipe não tem um perito concursado. São peritos que entraram antes de 86, pela porta dos



fundos — como a gente chama —, muitos deles sem qualificação nenhuma. A nossa prova material é terrível. Isso cansa o Ministério Público e o Judiciário. Ou se investe realmente em segurança pública nesta parte técnico-científica ou então fica prejudicado, Deputado. Agora, quanto à questão desses outros crimes, o crime de Cazusa, eu era o diretor de polícia, nós investigamos e foi provada a autoria. Também a prova do Carlos Gato. No caso de Joaldo Barbosa, só tem um fato nesse crime todo que chama a atenção, que foi a minha parte que me toca, certo? O Deputado é assassinado entre 1h30min e 2h da tarde, não tenho certeza o horário, e eu estava em minha residência, fui chamado ao local, e quando cheguei na residência do Deputado, o corpo estava sendo ali fotografado, filmado e tudo mais, retiraram o corpo e eu puxei a responsabilidade daquela prova material para minhas mãos, por quê? Porque eu já conheço a deficiência. Peguei o melhor perito, peguei o melhor médico legista e fiquei ali em cima. E naquela mesma tarde peguei a empregada doméstica do Deputado, que abriu a porta, que viu o criminoso, essa empregada, é levada para a Criminalística, naquela mesma tarde nós fazíamos o retrato falado do criminoso, 6 horas da tarde eu estava na porta do IML, o corpo do Deputado ainda estava no IML, eu recebi o retrato falado da Polícia Civil, imediatamente subi entreguei cópia ao Secretário de Segurança, e naquele momento a Polícia Federal estava no gabinete do Secretário. Isso vocês podem perguntar ao Dr. Luiz Mendonça. Fui eu que sugeri a ele, digo: olhe, chame logo a parceria da Polícia Federal, porque eu sei que vai terminar nisso aí. Nós vamos precisar da Polícia Federal. E o Dr. Luiz Mendonça chamou a Polícia Federal, eu entreguei o retrato falado, só que naquele mesmo momento, como o nosso *software* de retrato falado ainda é um pouco antigo, ele não faz aquela limpeza no retrato, nos detalhes, eu pedi ao Dr. Quércio: Dr. Quércio, vamos fazer um retrato falado amanhã pela manhã, com a empregada, pela Polícia Federal. O Dr. Quércio imediatamente ligou para Maceió e pediu um perito. Esse perito veio para Sergipe, na terça-feira — o crime foi na segunda-feira —, na terça-feira pela manhã nós já tínhamos o retrato falado produzido novamente pela empregada, feito pela Polícia Federal. Os retratos eram idênticos, tanto da Polícia Civil, como da Polícia Federal, só que o da Polícia Federal com melhor qualidade visual. E esse retrato foi entregue, colocado nos autos. O que me chamou a atenção até hoje e que não me convence



— isso é um fato que digo não me convence, mas eu não investiguei, não trabalhei — é que estive com o Secretário, o Secretário me pediu opinião sobre como investigar, conversamos muito naquela noite, no calor do acontecimento, Deputado, mas tudo o que se falava, infelizmente, no outro dia, a imprensa sabia. Eu não gosto de trabalhar assim. Vazava tudo! E aí eu me afastei, saí da investigação, porque, primeiro, eu não estava na função de delegado; a gente conversava na sala do Secretário e no outro dia todo mundo sabia quem ia ser investigado, quem ia ser grampeado, quem ia ser... inclusive com opiniões minhas, o que até politicamente foi ruim para mim, porque deram uma opinião contrária às pessoas que eu tinha dito e não foi assim. Mas vamos lá. Então, esse retrato depois me causou estranheza. Eu não investiguei, não trabalhei no crime, não posso aqui dizer se o crime terminou aí ou continua. Agora, o que me causou estranheza, depois de tudo, foi querer dizer que aquele retrato... aparece o criminoso na investigação, esse criminoso é levado para a empregada doméstica e a empregada doméstica diz: “*Não, não é esse não*”. E aí se cria outro retrato — e não era mais feito por mim, já havia sido exonerado do cargo —, dizendo-se que um tocou a campainha e outro atirou no Deputado. Olha, eu tenho 23 anos de Polícia, fui eu que montei o Departamento de Homicídio em Sergipe, em 1992, eu não acredito em crime de mando com treze, quatorze envolvidos, um toca a campainha para o outro matar. Eu não acredito. Não é uma opinião.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - A morte recente de Jeová, um marginal retirado de uma delegacia e morto na cidade de Dores. A morte de Jeová, ou a figura física do Jeová, corresponde mais ou menos com o retrato falado que o senhor tomou conhecimento em princípio?

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Não conheço Jeová, não vi Jeová em vida. Apenas o retrato que foi publicado no jornal é muito semelhante com o primeiro retrato falado que a equipe minha e a da Polícia Federal fizeram. Então, eu não posso dizer que conheço; não vi. Porque o senhor sabe que retrato é uma coisa que modifica muito.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Porque eu tive duas vezes com a empregada, com essa coleção de retratos, e nenhuma das duas vezes ela reconhece aquele retrato falado montado pela polícia.



O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - O segundo retrato?

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - O segundo retrato, que era o moreno do compadre. A questão é essa: o compadre. Até que ponto V.Sa. tem conhecimento da participação do Deputado Antônio Francisco nesse processo?

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Eu não posso dizer, Deputado. Eu não investiguei, eu não trabalhei, certo, eu não tenho intimidade nenhum com o Deputado Antônio Francisco.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Não, pelo conhecimento da...

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Pelo conhecimento que eu tenho, veja bem, a gente se engana com as pessoas. Mesmo aquele investigador mais antigo, né... A impressão que eu tinha dele era de uma pessoa bonachona.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Não, não é impressão. Do ponto de vista técnico, pela sua experiência, pelo o que o senhor ouviu dentro da Secretaria de Segurança...

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Era uma corrente que tinha de ser investigada frontalmente. Eu considerava na época 3 condutas... Olhei para o Secretário e disse: Olhe, um crime desse porte tem que ser investigado sob 3 canais: primeiro, tem que se investigar a vida pessoal do Deputado. Então, todas as pessoas ligadas ao Deputado têm de ser investigadas, da esposa a familiares. Então, um crime desse porte tem de ser investigado, se ele tem problema de dívida, de agiotagem, se a esposa vivia bem, se tem seguro, tudo isso tem de ser investigado. Inclusive até, sugiro, que se quebre sigilo bancário, sigilo telefônico, tudo mais, até da própria família. A polícia não pode abrir mão de linhas de investigação. A segunda linha. Eu disse lá: nessa segunda linha tem de se investigar completamente quem seria o beneficiado com a morte do Deputado. Então, tudo que dizia respeito ao suplente e àquele político que venha a se beneficiar tem de ser investigado, grampeado, com quebra de sigilo telefônico, bancário, tudo mais. E a terceira linha de investigação seriam os inimigos políticos dele, certo? Por causa disso, desses inimigos políticos, vazou a informação e foram dizer que eu é que queria. E não foi investigado. Então, o grande mal dessa investigação, para mim, pela experiência que eu tenho, é que se focalizou uma linha só e não se investigou as outras. Você tem que investigar todas 3. Você não pode num crime de



repercussão daquele nível, daquele porte, deixar linhas de investigação soltas. Então, não se investigou.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Então, na opinião de V.Sa., na realidade, o inquérito foi falho, não foi completo?

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Não é que foi falho, que eu não conheço o inquérito, Deputado. Eu acredito que existem falhas. Não é que o inquérito está falho, existem falhas. Todas essas linhas de investigação deviam ser investigadas até o final. E não foi investigado, certo? Não, porque vai constranger figuras políticas, vai constranger... Ao contrário, uma investigação firme isenta todo mundo. Se o cara não deve não teme. Quanto mais investigação melhor. Não é verdade? Então, por causa disso, Deputado, existem em Sergipe até hoje — mesmo com o inquérito fechado, como se diz, mas por causa que das falhas nessas investigações — essas suposições, o que dá motivo para essas especulações todas que existem, não é verdade?

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Até porque no relatório do próprio Ministério Público ele chega à conclusão de que há falhas no inquérito. Então, todos nós estamos querendo esclarecer a verdade sem estar acusando ninguém. É aquela história de quem não deve não teme e não treme.

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Deputado, às vezes, você com um inquérito fechado, com a confissão da pessoa, com todas as provas materiais dirigidas para aquela pessoa, muitas vezes a sociedade e setores da imprensa não querem acreditar. Imagine com você não investigando, você não explorando até o final todas as correntes de investigação... É um grande mal. Agora, não quer dizer isso que a investigação foi mal feita, longe de mim. Eu confio nos delegados, acredito muito no trabalho do Dr. João Eloy e do Dr. Arquimedes Marques, certo? Inclusive eu sempre perguntava a ele: e aí, rapaz, como está? Agora, eu não posso falar de uma coisa que eu não presenciei, não presidi, eu não acompanhei. Eu me afastei quando vi vazamento. Inclusive uma dessas correntes que eu falei que era para ser investigada, no outro dia isso já estava no ouvido das pessoas e as pessoas passaram a interpretar de maneira... Como não era meu caso, eu digo: Olhe, eu já não vou mais meter nessa coisa, porque tudo vaza. Uma



Secretaria em que não há compartimentação sigilosa nenhuma; você fala agora e amanhã de manhã está o radialista no rádio falando tudo.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Esse mesmo Jeová, esse mesmo retrato falado bate com o retrato falado também do crime? Porque até hoje não se descobriu o executor do crime de Carlos Gato. Bate também o retrato falado do criminoso de Joaldo, aquele que matou Joaldo, com que matou Carlos Gato?

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Olha, eu não atentei, Deputado. Me desculpe, eu não tenho agora essa noção. Vou até fazer isso, ver se realmente o retrato falado do caso do Joaldo bate com o de Jeová. Eu não me atentei a isso aí. No caso de Carlos Gato, o sindicalista, eu era o Chefe de Polícia e a investigação foi feita também pela Polícia Federal e pela Polícia Civil, certo? Acho também que tiveram algumas falhas, em decorrência disso mesmo, da fragilidade da nossa instituição, entendeu? Essa coleta da prova material. Deputado, você não sabe o que é dificuldade para um investigador que não tem... quer dizer, a sociedade evoluiu, certo, e nós estamos... a Polícia Civil de Sergipe, a técnica de Sergipe, está no século XX não, acho que no século XIX.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Mas V.Sa. há de convir que, para a sociedade, uma declaração de V.Sa. nesse sentido é grave, porque, na realidade, têm pessoas que estão presas, pessoas que tiveram cassados seus mandatos e, quando há falha, que não há uma forma conclusiva, leva a sociedade a ficar com muitas perguntas e com muitas interrogações, até porque há pessoas que estão sendo indiciadas, estão presas, pessoas que foram cassadas, são pais de famílias. Então, a gente fica também na perplexidade diante de uma colocação de um delegado de uma experiência tão grande, que eu sei que é sincera a colocação de V.Sa., mas há, Presidente Bosco Costa, uma interrogação em todos nós diante dos novos fatos. Eu acho que V.Exa. também está nessa mesma perplexidade. Cada dia que a gente ouve aqui um depoimento de alguém de lá de Sergipe em relação a esses fatos, a gente volta mais confuso ainda. A gente conversava sobre isso há pouco tempo, a gente volta mais confuso. Ninguém quer aqui atacar ninguém nem acusar ninguém, agora, que tem muita coisa a ser apurada nesse processo, diante daquilo tudo que está sendo colocado aqui, tem. Estou satisfeito, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Mendonça Prado. Gostaria, Deputado Mendonça, pedindo a colaboração de V.Exa. para que seja rápido nas perguntas, porque o Dr. Marcos Passos estará viajando dentro em pouco. A gente pede a compreensão de V.Exa., mas tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Eu agradeço. Serei sucinto aqui nas minhas perguntas. Dr. Marcos Prado, o objeto da CPI é a investigação de crimes de grupos de extermínio e milícias privadas. A primeira pergunta que eu faço a V.Sa. é se o senhor tem conhecimento que no Estado de Sergipe existem grupos de extermínio e milícias privadas?

O SR. MARCO ANTONIO SOARES - Que eu tenha conhecimento, não. E posso afirmar, que eu não tenho certeza, não posso falar da Polícia Militar, mas na Polícia Civil, pelo pouco que eu conheço da Polícia Civil, neste momento, isso não existe.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Um outro detalhe: algumas vezes foram mencionados aqui assuntos cuja responsabilidade da autoria do tema, quem suscitou essas questões aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito foi o Deputado Gilmar Carvalho. Há pouco o nosso conterrâneo, o Delegado Sérgio Ricardo, disse que acha que o depoimento do Deputado Gilmar Carvalho — não sei se o senhor teve conhecimento, ou se teve de alguns fatos —, ele disse aqui que o depoimento do Gilmar Carvalho na concepção dele era um depoimento mentiroso. Todas as afirmações que Gilmar Carvalho fez aqui em relação ao Delegado Sérgio Ricardo são assuntos que não condizem com a verdade. O senhor acredita no Deputado Gilmar Carvalho, em tudo o que Deputado Gilmar Carvalho profere, fala, como fez aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito? O senhor tem como verdadeiras as afirmações do Deputado Gilmar Carvalho?

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Deputado, olha, fico numa situação difícil, primeiro, porque eu não conheço o que ele declarou aqui, apenas o que ouvi dizer e tudo mais. O problema com o Dr. Sérgio Ricardo, que eu tenho noção, que eu assisti lá em Sergipe, é que com a fuga do Floro e com toda a pressão na Secretaria do crime de Joaldo Barbosa, a repercussão, o Deputado começa ostensivamente, todo dia, no programa a chamar a “banda podre da



Polícia”, “a banda podre da Polícia”, ele como sendo o guardião da moralidade toda e que ia combater, ele só tinha que combater a banda podre da Polícia. E uma vez até eu disse a ele, até no ar, ele me telefonou. Eu digo: *“Olhe, banda podre, crime organizado dentro da instituição, eu não acredito. O que pode haver é desvio de conduta. Se há desvio de conduta, vamos punir, vamos afastar, vamos demitir. Agora, generalizar?”* E começou a atacar, inclusive com uma fita onde o foragido Floro Calheiros conversa com policiais, fala com... E ele usava aquilo como se aquilo ali fosse de uma gravidade muito grande e começou a atacar toda a Polícia. Eu não posso dizer. Acredito que em algumas coisas, algumas posições do Deputado, realmente tem de se tomar providência. Em algumas coisas o Deputado Gilmar Carvalho tem total razão. Tem que se tomar providência.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Exemplo.

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - O exemplo? A apuração, certo, mais rigorosa de determinados crimes que ele apontou aí, certo. Não quer dizer que da forma que ele acha que deve ser. Agora, tem que ser. Tem que se cobrar responsabilidade pela morte de algumas pessoas lá em Sergipe. Agora, dizer com isso que as instituições estão contaminadas, que há grupos de extermínio, que tem de haver, como ele diz, uma força-tarefa que vá para lá e tome conta das investigações, eu acredito que não. Eu acho que, primeiro, a Polícia Civil e a Secretaria de Segurança Pública em Sergipe têm de fazer o dever de casa. Ou a gente se dá o respeito, para que casos como esse não aconteçam; o Secretário e o Governador do Estado puxem a responsabilidade dessas investigações, certo, afastem os maus policiais e os punam, para depois, sim, aí dizer que precisa de... Acredito seria dizer que nós não temos capacidade para administrar o nosso Estado. Então, não vejo por aí, entendeu?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Agradeço. Eu só quero fazer uma última pergunta aqui. Se for necessário, farei outra. O senhor tem conhecimento do inquérito que tem como objeto a apuração da morte do Deputado Joaldo? O senhor conhece plenamente o inquérito?

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Não, não. Eu não trabalhei.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - O senhor não conhece?



O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - O que eu conheço foi o que a imprensa anunciou, porque, realmente, quando aconteceu isso, foi um rolo compressor. Eu não tive nem capacidade psicológica...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Então, o senhor não conhece o inquérito?

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Não. Algumas coisas, pequenos detalhes. O único fato foi aquele a que eu me reporte, sobre esse retrato falado, porque naquele momento eu estava vivendo o acontecimento. Mas depois eu não participei.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Em relação à fuga do Floro Calheiros, o senhor conhece integralmente o inquérito?

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Também não conhece?

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Não, porque a fuga... veja bem: quem corrompe não dá recibo. Fica muito fácil chegar aqui e dizer que foi assim, foi assado, como foi que aconteceu. Não, é por isso que eu digo, quando eu estive lá que acusaram os delegados de complô, eu digo: eu não quero, não estou acusando que foi o Secretário. Em momento nenhum eu disse que o Secretário estava envolvido. Apenas ouvi o quê? Eu ouvi de uma delegada, certo, aquele sofrimento, aquelas declarações, e eu queria que se apurasse, que alguém puxasse para si a responsabilidade de se apurar se era verdade ou não o que estava acontecendo. Em momento nenhum eu fiz acusações publicamente contra ninguém. Mas ao mesmo tempo veio um rolo compressor sobre a gente que jogou esse delegado contra a figura do Governador do Estado, contra o próprio Secretário, e serviu, como se fosse para não se perder aquela situação. E aí saiu tiro para tudo quanto lado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - A Delegada Meire Mansuet tem proteção da Polícia, ela tem segurança policial?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Mendonça, me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Pois não.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Dr. Delegado, esta CPI é para apurar crimes de extermínio no Nordeste, o que tem a ver esse crime? Esse crime tem alguma correlação com crime de extermínio?

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Nenhum.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, esse é um crime do cotidiano lá de Sergipe, interessa a Sergipe, interessa talvez a uma CPI da Assembléia Legislativa de Sergipe, mas isso não é para ser apurado nesta CPI. É desvio de finalidade. Portanto, Presidente, eu peço ao Deputado Mendonça Prado que nesse assunto estamos apurando extermínio. Existem grupos de extermínio em Sergipe?

O SR. MARCO ANTÔNIO SOARES PASSOS - Não, eu acredito que não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, eu acho que esse é um crime isolado que não é da alçada desta CPI. Eu acho que nós deveríamos encerrar sobre esse crime, a não ser que haja um fato relevante que envolva crime de extermínio. Nós não podemos levar para as querelas de Sergipe uma CPI da Câmara dos Deputados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, eu quero agradecer as observações do Deputado José Carlos Araújo, agradecer também aqui ao nosso delegado, conterrâneo, Marcos Passos, agradecer pela cordialidade, agradecer pelo modo sensato como ele se pronunciou nesta Casa. Eu estou satisfeito com as respostas e até para contribuir, em atendendo ao pedido de V.Exa., que me pediu para ser sucinto, eu concluo as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Eu quero afirmar, nobre Deputado José Carlos Araújo, mais uma vez, que um crime isolado é milícia. E quando a gente ouve o que ouvimos aqui do Delegado Sérgio Ricardo, onde há uma grande suspeita do Secretário de Segurança Pública de qualquer Estado estar planejando um assassinato de um preso, é óbvio que cabe a esta CPI, Deputado José Carlos Araújo. V.Exa. entende à maneira de V.Exa. como alguns membros da Comissão entendem ao meu modo. Resta à CPI, por exemplo, o que o Delegado Sérgio Ricardo disse aqui, sem dúvida alguma, e esta Comissão tem por obrigação, convocar João Eloy e Arquimedes. Agora, resta à Comissão, pelos seus membros, aprovar o requerimento ou rejeitar. Agora, V.Exa. achar, dizer e registrar que à



Comissão Parlamentar de Inquérito não cabe isso aí... tenha paciência, nobre Deputado, é querer V.Exa. menosprezar a inteligência dos membros desta Casa.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Não, Presidente. Para uma questão de ordem, só para dizer ao Deputado José Carlos Araújo que, na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Exa., Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu não entendo por que V.Exa. está nervoso. V.Exa. está aí como magistrado. Eu entendo que V.Exa. está aqui na CPI, embora seja Deputado de Sergipe e adversário do Governador de Sergipe. Então, nós não podemos — V.Exa. tem que entender, e que eu entendo — deixar de conduzir esta CPI de uma forma correta, séria, mas não podemos nos deixar levar pela emoção. V.Exa. está se deixando levar pela emoção. V.Exa. tem que entender que não é dessa CPI apurar crimes isolados. Se V.Exa. quiser abrir uma CPI para apurar crimes praticados contra Deputados do Brasil inteiro, então vamos apurar o crime de Sergipe. Mas V.Exa. tem se comportado, e tenho certeza de que vai continuar se comportando, como magistrado e não vai se deixar levar pelas querelas sergipanas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Eu já registrei aqui, Deputado, que em algumas oportunidades tenho-me comportado como magistrado. Agora, sinceramente — e não é pela emoção —, não entendi até agora a preocupação de V.Exa. em não apurar determinados crimes em Sergipe. Pelo menos se fosse na Bahia...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - E é obrigação de V.Exa. Tem a palavra o Deputado João Fontes.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Sinceramente, causa-me espécie essa preocupação do Deputado José Carlos Araújo, que, na realidade, deve gostar muito de Sergipe. Deputado José Carlos Araújo, V.Exa. deve gostar muito de Sergipe, porque V.Exa. dá um plantão firme aqui quando se trata desses casos do Estado de Sergipe. Eu não entendo essa preocupação de V.Exa., porque, na realidade, ninguém quer fazer aqui acusação a ninguém. Agora, a gente tem ouvido depoimentos e V.Exa. há de convir que são depoimentos da mais alta gravidade. O



conceito de extermínio é extremamente subjetivo, porque, na medida em que o próprio Ministério Público denuncia um grupo ou uma quadrilha para perpetrar mortes no Estado de Sergipe, não só no caso da morte do Deputado Joaldo Barbosa, como da morte do Cazuzza, como da morte do Carlos Gato, Vereador, sindicalista, da cidade de Boquim, como do Jornalista Cláudio Rotay, a gente tem que se preocupar e tem que ser apurado aqui mesmo, porque, na realidade — eu sempre tive essa compreensão — é que se isso não é apurado e passado a limpo, Deputado Bosco Costa, amanhã, pode ser o Deputado Bosco Costa, pode ser o Deputado João Fontes, o Deputado Luiz Couto, que já foi tantas vezes perseguido, quase morto em emboscada. Então, a gente tem que passar este País, do qual o Estado de Sergipe faz parte, que está dentro do Nordeste... tem que se apurar sim. Volto a dizer: quem não deve não teme e não treme. Tem que se apurar mesmo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - O Deputado José Carlos Araújo tem a palavra, pela ordem. Agora, o depoente está precisando viajar...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, que a gente continue a discussão e que o senhor libere a testemunha...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Luiz Couto, estou com a palavra, desculpe-me. Preste atenção, Deputado: eu gosto muito de Sergipe. É verdade. Mas eu dou plantão aqui, porque eu aceitei fazer parte dessa Comissão e entendo que a minha obrigação é estar em todas as sessões, diferentemente de V.Exa., que só está aqui quando tem alguma de Sergipe. E estou aqui para evitar...

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Eu não sou membro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Exatamente. Então, V.Exa. quando tem alguém de Sergipe, V.Exa. está aqui e quer os holofotes da mídia para aparecer em Sergipe. Eu não estou preocupado com isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - É avaliação subjetiva de V.Exa., que eu não preciso aparecer...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não dei aparte a V.Exa.

Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado João Fontes, a Presidência pede a compreensão de V.Exa., o Deputado está com a palavra. Vamos



dialogar na mais perfeita harmonia. Sergipe e Bahia fazem parte do Nordeste. Somos bons parceiros. Talvez seja por isso que o Deputado José Carlos Araújo está...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - (*Inaudível.*) o Deputado continua pensando que está na Assembléia Legislativa de Sergipe; não está, está na Câmara dos Deputados. É um Deputado Federal. Ele tem que se comportar como Deputado Federal. V.Exa. sabe que, não sendo membro, tem direito a estar aqui. Agora, só vem aqui quando tem alguém de Sergipe depondo. E eu estou aqui sempre, Deputado. Nós devemos apurar tudo, é verdade. Nós deveríamos apurar Santo André, nós deveríamos apurar o caso de Waldomiro. Nós deveríamos apurar tudo, mas esse povo do PT só apura o que quer, só apura aquilo do que quer tirar proveito. E V.Exa. sabe disso. Assine a CPI do Waldomiro.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Meu amigo, eu acho que V.Exa. não tem conhecimento do que se passa nesta Casa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. foi até expulso do PT.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Eu sou o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. conseguiu até ser expulso do partido.

(*Tumulto no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Sinceramente, eu vou liberar o Delegado Marco Passos...

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Sr. Presidente, (*inaudível*) eu sou autor do requerimento que quer a apuração de Waldomiro, dos grampos da Bahia. Eu quero a apuração de tudo o que se passa nesta Casa, do painel de Antonio Carlos Magalhães. Eu quero apuração de tudo nesta Casa, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado João Fontes, com a compreensão de V.Exa., a Presidência agradece ao Delegado Marco Passos a vinda aqui à CPI, Delegado. Tenha a certeza absoluta de que a vinda de V.Sa. contribuiu muito para o relatório final desta CPI. E a gente pode até aproveitar a oportunidade. E vamos ver. A gente só pode dizer se o crime é milícia privada ou existe grupo quando ele é concluído. E, afinal de contas, o crime não foi concluído. A



Presidência agradece a V.Sa. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes convocando reunião para amanhã, às 14h.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Exa., Deputado Mendonça Prado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, apenas para requerer as notas taquigráficas do depoimento do Delegado Sérgio Ricardo e do Delegado Marco Passos, da mesma maneira que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Defiro o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, solicito o depoimento dos
2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Defiro o pedido de V.Exa.
Está encerrada a presente sessão.